



Ministério do Meio Ambiente

Agenda 21
Amazônia Sustentável
Áreas Protegidas do Brasil
Combate à Desertificação
Comunidades Tradicionais
Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros
Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos
Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas
Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Biodiversidade
Desenvolvimento Sustentável do Pantanal
Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis
Gestão da Política de Meio Ambiente
Gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos
Litoral Brasileiro Sustentável
Mudanças Climáticas e Meio Ambiente
Nacional de Ecoturismo
Nacional de Florestas
Prevenção de Riscos e Combate às Emergências Ambientais
Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais - Florescer
Proambiente
Probacias
Qualidade Ambiental - Procontrole
Recursos Pesqueiros Sustentáveis
Resíduos Sólidos Urbanos
Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental
Viver sem Contaminação
Zoneamento Ecológico-Econômico

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2005, do total previsto para o Ministério do Meio Ambiente, foi utilizado R\$ 1,1 bilhão para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R\$2.244.690.389,00	Realizado orçamentário¹:	R\$ 1.148.983.965,00
Recursos não orçamentários previstos:	R\$ 144.000,00	Realizado não orçamentário:	-
Total previsto:	R\$ 2.244.834.389,00	Total realizado:	R\$ 1.148.983.965,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R\$ 132,2 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R\$ 95,2 milhões.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Os principais resultados obtidos pelo conjunto dos programas do Ministério do Meio Ambiente em 2005 a serem destacados foram:

- Ampliação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza em 6,2 milhões de hectares, com a criação de 20 Unidades de Conservação Federais, sendo duas Estações Ecológicas, quatro Florestas Nacionais, quatro Parques Nacionais, uma Reserva Biológica e oito Reservas Extrativistas.
- Ampliação do plantio florestal, atingindo a marca de 530 mil hectares/ano com aumento da participação dos pequenos produtores para 20% deste total.
- Fiscalização de 8.907 propriedades rurais para prevenção e combate ao desmatamento, queimadas e incêndios florestais.
- Revitalização da Bacia do Rio São Francisco, com destaque para a implantação de sistemas de esgotamento sanitário em nove grandes Municípios e elaboração de projetos em 50 outros, construção de 5 mil sistemas de cisternas, implantação de estações fluviométricas e de qualidade da água, realização de cursos de educação ambiental para 48 comunidades e instalação de viveiros-escola para a produção de 2 milhões de mudas.
- Concedidos 237 licenciamentos ambientais para empreendimentos potencialmente poluidores e apoiadas modernizações de Sistemas Estaduais de Licenciamento Ambiental.
- Realização da II Conferência Nacional de Meio Ambiente com a participação de aproximadamente 1.300 delegados dos setores empresarial e governamental e da sociedade civil organizada e de 6.700 pesquisadores, autoridades governamentais, expositores e representantes da mídia.

¹ A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

- Elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos.
- Aprovação do Projeto de Lei de Gestão de Florestas Públicas, criando o Serviço Florestal Brasileiro e instituindo o Fundo de Desenvolvimento Florestal.
- Assistência a 2.342 produtores extrativistas na Amazônia para a elaboração e execução de projetos, elaboração de planos de manejo sustentável e realização de estudos técnicos.
- Apoio a 84 projetos de fomento à conservação e utilização sustentável da diversidade biológica.

ASPECTOS RELEVANTES

Dentre as dificuldades apontadas pelo Ministério do Meio Ambiente, destacam-se às dificuldades na realização de licitações, celebração de contratos e convênios. Em grande medida, isso ocorreu devido à inadimplência dos entes federados que acessam os recursos, sobretudo no que tange à regularidade fiscal e previdenciária, ou mesmo por conta de sua baixa capacidade institucional para apresentação dos documentos exigidos pela legislação em vigor para descentralização dos recursos.

Outra dificuldade expressada pelo Ministério do Meio Ambiente é a escassez qualitativa e quantitativa de recursos humanos. Além de haver equipes reduzidas em relação às linhas de ação desenvolvidas, houve recentemente um rápido processo de substituição de servidores temporários por servidores concursados. Embora correta em termos estratégicos e legais, possibilitando a formação de um quadro qualificado a médio prazo, a medida teve um efeito inicial negativo devido à pouca experiência dos novos servidores. Ressalte-se que a baixa atratividade salarial do certame contribuiu para a saída de funcionários experientes do Ministério do Meio Ambiente.

Há no Ministério do Meio Ambiente baixa interação e, em alguns casos, concorrência entre a unidade central e suas entidades vinculadas (IBAMA, ANA e Jardim Botânico do Rio de Janeiro), tendo como conseqüência o não-tratamento dos programas intra-setoriais do PPA 2004-2007 como unidades de gestão por resultados. Verifica-se também um hiato entre o nível de estruturação programática alcançado pelo Ministério do Meio Ambiente e o nível médio atingido pelos demais executores da União. No Ministério do Meio Ambiente o nível de organização programática ainda é relativamente baixo, mormente a relação entre a aderência do realizado pelo órgão e o publicizado nos diplomas legais de planejamento.

Para incrementar a qualidade de sua programação, expressa no PPA, o Ministério do Meio Ambiente estruturou em 2005 sua Unidade de Monitoramento e Avaliação no âmbito da Secretaria Executiva, coordenadora de uma rede de técnicos em planejamento nas entidades vinculadas e pontos focais em cada um dos programas. Esta coordenação já se traduziu em melhor tratamento das questões relativas ao Plano Plurianual junto às equipes, com definição de responsáveis pelos programas e ações, ampliação do fluxo de informações aos órgãos do Sistema Federal de Planejamento e conformação de uma proposta de Revisão do Plano bem estruturada.

Alguns programas sob gerência do MMA no Plano Plurianual não têm efetiva escala de Programa da União. Esta escala refere-se ao conjunto da análise de quatro fatores: o volume de recursos orçamentários e não-orçamentários consignados pela União ao programa, o público e os resultados atingidos, a etapa de execução do programa e o efeito multiplicador da mobilização gerada por gestão de políticas. Vale ressaltar que

nem toda iniciativa que tem porte de programa setorial tem porte de programa de Governo.

Ainda houve disponibilização insuficiente e intempestiva de recursos orçamentários em relação ao inicialmente planejado e a descontinuidade no fluxo de recursos financeiros. Tais restrições dificultam a gênese de um planejamento setorial e prejudicam o resultado de grande parte das ações orçamentárias. Além disso, o volume de recursos nas operações de financiamentos externos do Ministério do Meio Ambiente é incompatível com os limites orçamentários disponibilizados anualmente. Tal fato enseja atrasos no desembolso da quase totalidade das operações e leva o Brasil a arcar com encargos de permanência e juros evitáveis.

Por fim, os compromissos internacionais assumidos pelo país na seara ambiental e a pertinência de todas as linhas de ação do Ministério do Meio Ambiente são incompatíveis com volume de recursos orçamentários e financeiros disponibilizados ao órgão, levando a parcela de gastos com gestão da política a atingir níveis muito elevados em relação à parcela de intervenções. Como não há projeção de incremento substancial no limite orçamentário global do Ministério do Meio Ambiente no triênio 2007-2009, afirma-se a necessidade de redução do número de iniciativas a fim de se ampliar os resultados para a sociedade das iniciativas remanescentes.

RECOMENDAÇÕES

- Implementação dos Comitês Gestores para os programas multissetoriais e intra-setoriais, de forma a estabelecer um fórum específico de tratamento dos programas do Ministério do Meio Ambiente como unidade de gestão.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do pelo Ministério do Meio Ambiente.

AGENDA 21

OBJETIVO

Promover a internalização dos princípios e estratégias da Agenda 21 Brasileira na formulação e implementação de políticas públicas nacionais e locais, por meio do planejamento estratégico, descentralizado e participativo, para estabelecer as prioridades a serem definidas e executadas em parceria governo-sociedade, na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

PÚBLICO-ALVO

Governos e sociedade civil em âmbito nacional, regional e local.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 4.865.512,00	Empenho Liquidado: R\$ 3.216.506,00 Pago estatais: - Total: R\$ 3.216.506,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo “Gestão de Políticas Públicas”.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Construir a sustentabilidade no Brasil é um enorme desafio, tão amplo quanto as possibilidades brasileiras, fundadas em seu território continental, com sua natureza vasta, com grandes reservas de água doce, a maior diversidade biológica do planeta e uma complexa sociedade que já comporta cerca de 175 milhões de pessoas.

Para transformar essas possibilidades em realidade, será preciso superar a visão de desenvolvimento a partir apenas de um espaço a ser ocupado e entendê-la como possibilidade de construção sustentável, tendo como pontos de partida simultâneos o ambiental, o econômico, o social e o democrático. Muitas contradições e obstáculos terão de ser enfrentados e superados.

É indispensável promover a internalização das dimensões ambiental e social nas políticas públicas do país, em todos os níveis, para que essas dimensões sejam pontos de partida e não apenas algo a ser observado no final do processo. Esta tarefa

exigirá a adoção e a prática do princípio da sustentabilidade. Uma sustentabilidade que se amplie progressivamente e incorpore ao longo do tempo suas várias dimensões, assumindo assim um espaço estratégico nas políticas públicas do país como orientam o Programa de Governo e as atuais diretrizes do Ministério do Meio Ambiente: transversalidade de ações na política ambiental, desenvolvimento sustentável, participação e controle social e fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente.

Este contexto aponta a Agenda 21 como o instrumento de consolidação das diretrizes do governo na formulação e implementação de políticas públicas que produzam resultados dentro da escala de valores e prioridades das populações, tendo em vista que a Agenda 21 constitui um processo de planejamento estratégico, descentralizado e participativo, cuja metodologia de elaboração privilegia uma abordagem multissetorial da realidade brasileira, procurando focalizar a interdependência das dimensões ambiental, econômica, social e democrática. Além disso, a Agenda 21 determina que o processo de elaboração e implementação observe o estabelecimento de parcerias, entendendo que não deve ser apenas assumida pelo governo, mas tornar-se um produto de consenso entre os diversos setores da sociedade brasileira.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Firmados 30 convênios para a elaboração de Agendas 21 Locais, em decorrência do Edital 02/2003 “Construção de Agendas 21 Locais”, do Fundo Nacional do Meio Ambiente.
- Conveniados 3 projetos do Edital 03/2005 - “Apoio ao fortalecimento do planejamento, ordenamento e gestão ambiental e territorial dos Municípios localizados na área de influência da rodovia BR 163 (trecho Cuiabá-Santarém)”, integrando o Programa Agenda 21 à Campanha Nacional do Plano Diretor e ao Zoneamento Ecológico-Econômico naquele território.
- Realizados 13 cursos de Formação de Agentes Multiplicadores em Agenda 21 Local, com a formação de aproximadamente 925 agentes.
- Realização do I Encontro dos Fóruns de Agendas 21 Locais.
- Início da construção das Agendas 21 Locais nos Pólos de Três Marias, Pirapora e Montes Claros, em colaboração com o Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco.
- Lançamento da Rede Brasileira de Agendas 21 Locais.
- Construção do Sistema Agenda 21.
- Lançamento das publicações: “Passo a Passo da Agenda 21 Local”; “Agenda 21 e os Objetivos do Milênio”; “Agenda 21: Articulando Planos nos Municípios”; e “Agenda 21 no Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Apesar de o orçamento ter se mostrado extremamente reduzido para as metas e demandas apresentadas, esta dificuldade foi superada mediante parcerias com outros programas e ou instituições e reformulação do gerenciamento operacional da implementação das ações previstas, readequando os fluxos financeiros. Com a adoção destas providências, as metas físicas planejadas foram superadas e efetivou-se um melhor atendimento à grande demanda de entes locais por apoio na elaboração de Agendas 21.

Houve atrasos na celebração de convênios com os entes que tiveram seus projetos de construção de Agenda 21 Local aprovados na Câmara Técnica do Fundo Nacional do Meio Ambiente, sobretudo em razão da inadimplência de prefeituras locais.

O programa realiza parcerias não governamentais para sua execução, uma vez que o princípio básico da Agenda 21 é a parceria entre diferentes setores da sociedade. Assim, o relacionamento com diferentes instituições é constante na realização das ações do programa, mormente com as comissões e os conselhos que reúnem governo e sociedade civil, como comitês de bacias hidrográficas, conselhos de meio ambiente e fóruns de educação ambiental. Notam-se, entretanto, sérias dificuldades dos parceiros no que se refere a capacidade técnica e recursos financeiros. Em seus cursos de capacitação, o programa procura minorar essas dificuldades, incluindo esses parceiros nas atividades específicas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os resultados do programa “Agenda 21” em 2005 ficaram acima do esperado, impulsionados pela realização de parcerias com diferentes ministérios e instituições. Ademais, verificou-se um adequado direcionamento das ações do programa ao seu público-alvo e às áreas definidas como prioritárias pelo Governo Federal.

Na formação continuada em Agenda 21 Local, os resultados das avaliações realizadas nos cursos de formação e a crescente demanda para realização dos mesmos indicam uma boa receptividade por parte do público alvo.

RECOMENDAÇÕES

- Recomenda-se a alteração do produto da ação 4921- “Elaboração e Implementação das Agendas 21 Locais” de “Agenda implementada” para “Agenda elaborada”, de forma a melhor espelhar seus resultados. A elaboração e implementação da Agenda 21 Local é composta de seis etapas, denominadas Passo a Passo da Agenda 21 Local. Os quatro primeiros passos correspondem às fases da elaboração: sensibilização, constituição do Fórum Local de Desenvolvimento Sustentável, elaboração do diagnóstico participativo e elaboração de plano local de desenvolvimento sustentável. A seguir, iniciam-se os passos de implementação e monitoramento dessa Agenda que estarão a cargo, sobretudo, das instituições locais.

AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL

OBJETIVO

Promover o desenvolvimento da Amazônia mediante o uso sustentável de seus recursos naturais.

PÚBLICO-ALVO

Comunidades extrativistas e indígenas, ribeirinhos, associações e cooperativas de pequenos produtores agrícolas e rurais, setor privado empresarial e comunidade científica amazônica.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA INDICADOR(ES)

1. NÚMERO DE PROJETOS PIONEIROS DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL COM TECNOLOGIA ADEQUADA

Unidade de medida: Unidade

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Este indicador foi eliminado em 2005, na Revisão do Plano Plurianual da União e não será apurado.

2. ÁREA DE ECOSISTEMA ORIGINAL MANEJADA DE FORMA SUSTENTÁVEL

Unidade de medida: Hectare

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Este indicador foi alterado na Revisão do Plano Plurianual a vigorar em 2006.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Com o intuito de reverter o ritmo de destruição das florestas tropicais, reduzindo as emissões de carbono, ao mesmo tempo em que se propicia a melhoria da qualidade de vida que ultrapassa em muito as fronteiras das florestas, foi criado, no início dos anos 1990, o Programa Piloto para a Proteção às Florestas Tropicais do Brasil (PPG7).

O PPG7 foi incluído no PPA 2000–2003 como um conjunto de ações do programa “Amazônia Sustentável”, executadas pelos Ministérios do Meio Ambiente, de Ciência e Tecnologia e da Justiça.

Esse esforço articulado entre instituições federais, com ativa participação dos Estados e da sociedade, contribuiu para significativos avanços em um largo espectro de temas, que compreendem a pesquisa científica, a criação de condições para a gestão ambiental descentralizada, a geração de alternativas produtivas em caráter pioneiro, a etno-demarcação de terras indígenas, as experiências participativas de manejo florestal e de acordos de pesca, além do apoio à produção sustentável em diferentes ecossistemas na Amazônia Legal.

O programa “Amazônia Sustentável”, elaborado com a participação da sociedade regional, estabelece como prioridade absoluta a internalização transversal, no conjunto das políticas públicas, dos princípios do desenvolvimento sustentável, considerados cruciais para um novo modelo de desenvolvimento da região.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- O estudo sobre a grilagem de terras públicas na Amazônia Legal e a análise do Sistema de Licenciamento Ambiental em Propriedades Rurais (SLAPR) no Estado de Mato Grosso forneceram contribuições significativas ao entendimento da dinâmica de vetores do desmatamento na Amazônia Legal.
- Aporte de R\$ 5,6 milhões a 21 iniciativas promissoras de manejo florestal desenvolvidas por comunidades rurais e empresas madeireiras da Amazônia, para apoio à ações de assistência técnica, infra-estrutura, treinamento e pesquisa.
- Repasse de R\$ 5,5 milhões para entidades e instituições executoras de subprojetos de capacitação, sensibilização, organização comunitária, formação de estudantes em manejo florestal e apoio ao fortalecimento dos Centros de Treinamento na Amazônia, atingindo cerca de 300 estudantes, 2 mil produtores rurais, 200 profissionais da área florestal, 100 empresários do setor madeireiro e mil famílias de comunidades da Amazônia.
- Finalização do desenvolvimento e teste do Sistema Integrado de Monitoramento e Rastreamento da Produção de Madeiras em Tora (SIRMAT).
- Replicação da experiência do processo de elaboração do Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós (PA) como referência para elaboração de planos de manejo de outras unidades de conservação na Amazônia.
- Realização de estudos para propositura de criação de unidades de conservação (UC's) na Área sob Limitação Administrativa (ALAP) da Rodovia BR-319 (Porto Velho-Manaus);
- Consolidação do Grupo de Trabalho e estruturação de uma Rede de Monitoramento da Dinâmica de Florestas da Amazônia, visando a gerar informações sobre a produção de florestas para apoiar a elaboração de normas técnicas para o manejo florestal.
- Publicação de 10 títulos com vistas a disseminar boas práticas para a conservação das florestas tropicais.
- Realização de curso para 30 alunos de mestrado e doutorado de diversas universidades da Amazônia Legal, em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), tendo como tema o desenvolvimento sustentável na Amazônia referenciado nas experiências exitosas das ações do programa.
- Elaboração e ou desenvolvimento de ações no âmbito dos Planos de Desenvolvimento Sustentável para a Amazônia: 1) Plano de Ação

Interministerial de Prevenção e Combate ao Desmatamento na Amazônia Legal, 2) Plano Amazônia Sustentável (PAS), 3) Plano Interministerial BR-163 Sustentável, além da proposta de criação de unidades de conservação (UCs) na Área sob Limitação Administrativa (ALAP) da rodovia BR-319 (Porto Velho-Manaus).

- Repasse de R\$ 3,05 milhões a 41 projetos apoiados de alternativas ao desmatamento e queimadas e de consolidação de um conjunto de experiências em desenvolvimento sustentável.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A obtenção dos resultados, em 2005, foi considerada dentro do esperado. O programa “Amazônia Sustentável” é composto de sete ações, sendo cinco com ações de campo. Destas, uma ação obteve resultados abaixo do esperado em 2005, três dentro do esperado e uma acima do esperado.

Houve escassez de recursos orçamentários frente à demanda por apoio a projetos, dificuldades no estabelecimento de um fluxo regular de recursos financeiros e intempestividade na internalização dos recursos de doação do agente financeiro alemão KfW.

A gestão de recursos humanos do programa “Amazônia Sustentável” representou uma restrição à plena execução das ações, em função da substituição de servidores temporários por servidores permanentes em menor número e sem experiência na condução das atividades do programa.

Ademais, dificuldades na gestão dos contratos de financiamento internacionais vinculados ao programa geraram restrições de natureza administrativa. Estas dificuldades devem-se à complexidade dos trâmites envolvidos e à pouca disponibilidade de pessoal capacitado para operar juridico-administrativamente os contratos externos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A concepção geral do Programa Amazônia Sustentável está correta, mas alguns de seus aspectos ainda são passíveis de aprimoramento, tais como o seu objetivo, de forma a expressar a natureza experimental e pioneira das ações, e a caracterização do público-alvo, que deve incluir em sua descrição os órgãos ambientais dos governos estaduais e municipais, as organizações não-governamentais e os ministérios públicos estaduais da Região Norte.

O programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução e, em geral, tem executado suas ações de forma satisfatória, contribuindo para o resultado positivo na execução e cumprimento de metas das ações.

Embora o Programa não possua outra avaliação além da anual do PPA, as ações que o compõem, por receberem recursos de doação internacional, são avaliadas pelos doadores e/ou pelo Ministério das Relações Exteriores a cada ano via missões de supervisão.

No tocante à forma de implementação do Amazônia Sustentável, verifica-se que este possui mecanismos que promovem a participação social nas formas de ouvidoria e reuniões com grupos de interesse. As principais contribuições da participação social para os resultados do Programa foram a ampliação de sua transparência; a melhoria da qualidade de gestão das ações em função do acompanhamento pelas organizações sociais; a ampliação do potencial de disseminação dos resultados dos subprojetos de algumas ações e a maior eficiência na concretização dos objetivos das ações devido à ampliação do leque de parcerias estabelecidas em âmbito local para a implementação das atividades previstas nas ações.

O Programa opera de forma descentralizada, repassando os recursos diretamente para o conjunto de subprojetos apoiados. Portanto, a liquidação orçamentária em seu âmbito depende da dinâmica das instituições e subprojetos apoiados. Sob esta ótica, o desempenho do Programa quanto à execução destes recursos é de médio a alto.

O Amazônia Sustentável apresenta boas práticas de gestão, desenvolvidas continuamente e já consolidadas, que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal, como a transparência no processo de análise e julgamento dos subprojetos apoiados, realizada em 03 instâncias (avaliação inicial, câmara técnica e comissão executiva), que conta com a participação de representantes de organizações governamentais e não-governamentais de forma paritária. Além disso, os mecanismos de descentralização de recursos, através de contrato via Banco do Brasil e de prestação de contas são considerados inovadores, facilitam os procedimentos das organizações proponentes e garantem ótimo nível de controle da execução das atividades.

O Sistema de Monitoria Participativa, com foco na geração de conhecimento para o aperfeiçoamento contínuo da gestão dos subprojetos, também é exemplo para outras instituições. Ele consiste na realização de oficinas de estabelecimento de diagnóstico, definição dos indicadores de impacto e elaboração de modelo de relatório semestral de cada subprojeto apoiado.

RECOMENDAÇÕES

- Necessidade de revisão do indicador do programa, devido à sua insuficiência na abordagem da diversidade de resultados proporcionados por suas ações. Paralelamente à revisão do indicador, faz-se necessária a revisão do índice atrelado a ele. Muitos dos resultados das ações não se limitam àquele, por exemplo, a formulação dos instrumentos de regulação aos acessos naturais como os acordos de pesca estimulados pela ação 6065, o fortalecimento de órgãos de meio ambiente estaduais e municipais, no caso da ação 002Q e a promoção de estudos e análises sobre temas estratégicos, no caso da ação 6072. Portanto, há necessidade de outros indicadores que possam refletir a totalidade dos impactos das ações do programa.

ÁREAS PROTEGIDAS DO BRASIL

OBJETIVO

Expandir e consolidar o sistema nacional de unidades de conservação e outras áreas protegidas, visando à proteção da biodiversidade brasileira e à justa repartição dos benefícios decorrentes.

PÚBLICO-ALVO

População residente nas áreas de conservação e entorno, populações tradicionais e indígenas, pesquisadores, visitantes e usuários de unidades de conservação.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 30.477.052,00	Empenho Liquidado: R\$ 23.222.200,00 Pago estatais: - Total: R\$ 23.222.200,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE PROTEÇÃO INTEGRAL DOS BIOMAS

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 3,35 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 5,06

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

A Taxa de Proteção Integral dos Biomas obtida no final de 2005 foi de 3,35% e o percentual de ampliação de unidades de conservação de proteção integral está abaixo do necessário para atingir a meta prevista para 2007. No entanto, os estudos e as negociações realizados nesta fase de execução do PPA permitem a viabilização da meta e o alcance dos objetivos estabelecidos ao seu final.

2. TAXA DE USO SUSTENTÁVEL DOS BIOMAS

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 4,04 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 5,32

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

A Taxa de Uso Sustentável dos Biomas obtida no final de 2005 foi de 4,04% e o percentual de ampliação de unidades de conservação de proteção integral está abaixo do necessário para atingir a meta prevista para 2007. No entanto, os estudos

e as negociações realizados nesta fase de execução do PPA permitem a viabilização da meta e o alcance dos objetivos estabelecidos ao seu final

CONTEXTUALIZAÇÃO

O estabelecimento de um sistema nacional de áreas protegidas está previsto no Programa de Governo da Coligação Lula Presidente e nas orientações estratégicas do Governo Federal, contidas no Plano Plurianual da União, dentre as quais o mega objetivo II trata da proteção da biodiversidade como aspecto fundamental para alcançar a sustentabilidade.

A diretriz 12 (promoção da expansão e consolidação do sistema nacional de unidades de conservação) do desafio 17 (melhorar a gestão e a qualidade ambiental e promover a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, com justiça ambiental), por sua vez, orienta as ações de governo necessárias para a conservação e manejo de áreas protegidas.

A proteção de áreas naturais resulta em benefícios à sociedade, que se refletem na qualidade de vida das gerações atuais e nas necessidades das gerações futuras, além de gerar benefícios econômicos diversos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Ampliado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza em 6,2 milhões de hectares.
- Criação de 20 Unidades de Conservação Federais, sendo duas Estações Ecológicas, quatro Florestas Nacionais, quatro Parques Nacionais, uma Reserva Biológica e oito Reservas Extrativistas.
- Criação do Grupo de Trabalho Ministerial para a elaboração do Plano Nacional de Áreas Protegidas, por meio da Portaria MMA nº 044/2005, e de um grupo técnico especializado para elaborar as metas e estratégias específicas para a zona costeira e marinha.
- Implantado o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação no âmbito federal e estadual, bem como disponibilizadas na rede mundial de computadores informações sobre Unidades de Conservação Federais no sítio www.mma.gov.br/cadastro_uc.
- Reconhecida a Serra do Espinhaço (MG) como Reserva da Biosfera brasileira pelo Programa “O Homem e a Biosfera”, da UNESCO.
- Elaborado projeto de âmbito nacional, que será submetido ao Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF), voltado para ações de proteção, conservação, recuperação e uso sustentável de biodiversidade em terras indígenas, por meio do Grupo Interministerial Indígena.
- Criado o Grupo Interministerial Monte Pascoal (Portaria n.º 908/2005), com o objetivo de elaborar e implementar um modelo de gestão ambiental participativa do Parque Nacional Monte Pascoal, integrando as comunidades indígenas pataxó e beneficiando 600 famílias de nove aldeias pataxó.
- Reeditados os cadernos 1 e 2 da Série Áreas Protegidas que abordam, respectivamente, os temas “Conhecimentos e representações sociais das Unidades de Conservação pelos delegados da Conferência Nacional do Meio Ambiente 2003” e “Gestão Participativa do SNUC”.

- Disponibilizado material do programa “Conduta Consciente em Ambientes Naturais” para 65 instituições parceiras oficiais.
- Aprovação da Resolução nº 001/05 do Comitê Nacional de Zonas Úmidas, sobre o impacto da carcinicultura em manguezais.
- Elaborada a 1ª fase do diagnóstico nacional de zonas úmidas, em parceria com o WWF-Brasil.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Os recursos orçamentários foram considerados suficientes para o cumprimento mínimo das metas propostas. No entanto, as demandas enfrentadas pelas instâncias gerenciadoras e implementadoras do programa têm se ampliado na medida em que setores da sociedade identificados com a conservação da natureza vêm cobrando atuação mais intensa e maior investimento de recursos por parte do Governo Federal na criação e gestão de áreas protegidas.

No caso da regularização fundiária, embora sejam insuficientes, os recursos provêm dos recursos de compensação ambiental. A regularização fundiária é uma questão-chave para a implementação das unidades de conservação pelo fato de garantir o zoneamento e a efetiva gestão destas áreas, além da implementação de infraestrutura adequada.

Os recursos humanos foram considerados numericamente insuficientes para a implementação do programa e há necessidade de capacitações pontuais das equipes executoras e da equipe gerencial do programa.

Os conflitos decorrentes da implementação de outras políticas governamentais foram a restrição que mais significativamente interferiu no desempenho das ações de maior impacto, pois a criação de unidades de conservação depende de ações de outros setores e dos governos estaduais e municipais.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Verifica-se como resultado obtido em 2005 no programa “Áreas Protegidas do Brasil” um acréscimo na área protegida pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), refletido de maneira similar tanto em unidades de conservação de proteção integral quanto de uso sustentável, combinado com o esforço para implementar modelos conservacionistas de desenvolvimento territorial. Este bom resultado é, em larga medida, fruto de parcerias não- governamentais para execução das ações, que constituem importante canal de diálogo com a sociedade, além de auxiliarem amplamente no processo de gestão e construção de políticas para as áreas protegidas.

Acrescenta-se que foram elaborados instrumentos estruturantes do programa, visando à amplificação dos resultados para os anos vindouros e a implementação completa do SNUC, sempre construídos em processos amplos de escuta da sociedade civil. O Plano Nacional de Áreas Protegidas é um destes instrumentos e seu processo de elaboração fortaleceu a participação da sociedade civil organizada, inclusive de instituições e atores ligados às terras indígenas e territórios quilombolas. Já a construção do documento de “Diretrizes e recomendações para o planejamento e a gestão da visitação em Unidades de Conservação” possibilitou um maior engajamento

da sociedade civil organizada, da iniciativa privada, dos usuários em geral e das comunidades locais no que diz respeito ao uso público das unidades de conservação.

RECOMENDAÇÕES

- O desempenho da execução das ações implementadas em outras unidades administrativas do próprio Ministério do Meio Ambiente atingiu nível satisfatório, embora ainda passível de aprimoramento pela otimização da comunicação e maior interação entre essas unidades.
- No caso da regularização fundiária, o setor responsável pelas atividades foi estruturado recentemente e encontra-se em fase de implantação, fazendo-se necessária a potencialização dos recursos humanos para o cumprimento das metas da ação.
- No caso da regularização fundiária, a falta de procuradores federais especializados e de profissionais para a avaliação de imóveis é um limitador para o andamento dos processos de regularização fundiária de unidades de conservação federais.

COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

OBJETIVO

Reduzir o nível de crescimento das áreas desertificadas ou em processo de desertificação.

PÚBLICO-ALVO

População do semi-árido brasileiro.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 7.264.698,00	Empenho Liquidado: R\$ 2.032.566,00 Pago estatais: - Total: R\$ 2.032.566,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. ÁREA SEVERAMENTE DEGRADADA DO SEMI-ÁRIDO

Unidade de medida: km²

Último índice apurado: 86.106 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 86.106

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

A redução das áreas degradadas já atingiu o resultado esperado para o final do Plano Plurianual da União 2004-2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A desertificação é um processo de degradação ambiental que ocorre nas regiões áridas, semi-áridas e subúmidas secas por ação antrópica, acarretando impactos negativos imediatos na qualidade de vida das populações residentes nessas áreas.

O Brasil possui 980.711 Km² de semi-árido, o que equivale a 18% do território nacional, atingindo parte dos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão e Minas Gerais.

De todo o semi-árido, aproximadamente 980.073 Km² são suscetíveis a processos de desertificação, sendo que 238.644 Km² estão classificados como de muito alta suscetibilidade, 384.029 Km² como de alta suscetibilidade e 358.037 Km² como de moderada suscetibilidade.

Em todo o semi-árido brasileiro vivem aproximadamente 24 milhões de pessoas, das quais 18 milhões, correspondentes a 42% da população total da região Nordeste e a 11% da população brasileira, vivem em áreas vulneráveis aos processos de desertificação.

A inexistência de um conjunto de ações articuladas que visem a combater o avanço dos processos de desertificação pode levar ao agravamento da degradação ambiental e social no semi-árido, com reflexos nas esferas sociais, políticas e econômicas, em nível regional e nacional.

Cabe ao poder público, em conjunto com a sociedade, promover o desenvolvimento de ações no sentido de frear e recuperar os impactos dos processos de desertificação sobre os solos, a fauna, a flora e os recursos hídricos, de forma a reduzir as áreas antropizadas e a pobreza no semi-árido brasileiro.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Celebrados os acordos de cooperação entre a União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente e os Governos dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Maranhão, para cooperação institucional e técnica para a implementação do Programa de Ação Nacional para o Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-Brasil). Ressalta-se que os acordos de cooperação com os demais Estados inseridos nas Áreas Suscetíveis à Desertificação (ASDs) encontram-se em andamento.
- 2. Construção da sede do primeiro Núcleo de Pesquisas para Recuperação de Áreas Degradadas e Combate à Desertificação (NUPERADE), em Gilbués (PI).
- 3. Treinamento de Gestão e Captação de Recursos para atores diretamente envolvidos na construção do PAN-Brasil.
- 4. Treinamento de técnicos no Sistema de Gestão de Indicadores em Desertificação (SIGINDES).
- 6. Elaboração do Perfil da Desertificação em nove Estados com território nas ASDs.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Os resultados obtidos em 2005 foram considerados acima do esperado. Muitas das questões impostas para uma plena implementação do PAN-Brasil em 2005 assentavam-se em desafios organizacionais, difíceis de transpor em razão da cultura de isolamento institucional. Por essa razão, dois pontos foram importantes para se considerar os resultados como acima do esperado: o primeiro foi a receptividade dos demais órgãos e atores institucionais, que se envolveram com afinco e possibilitaram que se rompessem as barreiras das ações isoladas e se criassem um trabalho sinérgico, com forte indicativo de continuidade e integração.

Apenas parte dos recursos orçamentários previstos foram disponibilizados ao programa e de modo intempestivo, não tendo sido suficientes para atender às metas físicas. Dessa forma, buscou-se sanar a restrição por meio do envolvimento da sociedade civil e das parcerias com os governos estaduais, instituições públicas federais com atuação direta nas ASD, e por meio de contribuição dos organismos de cooperação internacional.

Os recursos materiais e a infra-estrutura disponibilizados foram considerados inadequados e insuficientes para a implementação do programa. Existe a necessidade de aquisição de equipamentos com capacidade para gerar mapas e informações demandadas pela equipe executora do programa.

A infra-estrutura da equipe gerencial foi considerada inadequada assim como a quantidade de recursos humanos disponíveis. A Coordenação Técnica de Combate à Desertificação foi criada e estruturada muito recentemente e teve que ser abrigada nos espaços alternativos da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Em relação ao monitoramento e à avaliação do Combate à Desertificação ressalta-se que existe, no âmbito da gerência, mecanismo de monitoramento sobre o desempenho das ações que visa à melhoria, eficiência e confiabilidade dos dados produzidos sobre as ASDs por meio do SIGINDES, software desenvolvido pelo Programa de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca na América do Sul para obtenção e manejo das informações referentes aos processos de desertificação. Além da avaliação anual dos programas do PPA, foi realizada avaliação deste programa pela Secretaria Executiva da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD), a qual realiza uma avaliação bi-anual de todas as ações e atividades de combate à desertificação nos países-membros da Convenção.

A parceria com a sociedade civil organizada deu-se de forma bastante forte durante a elaboração do documento do PAN-Brasil. A Articulação no Semi-Árido (ASA), entidade que congrega 1.020 organizações da sociedade civil, organizou oficinas estaduais para mobilizar e ouvir as propostas das comunidades impactadas pelos processos de desertificação que contaram com a participação de vários movimentos sociais. O programa estabeleceu também parcerias com os bancos públicos que atuam nas ASDs, como o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil, para fortalecer as ações de prevenção e controle da desertificação.

O programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal por caracterizar-se como uma permanente e verdadeira “co-gestão” entre governos (federal e estaduais), sociedade civil e cooperação internacional, mobilizando recursos privados para fins públicos.

RECOMENDAÇÕES

- O indicador atual não é adequado para expressar a eficiência e eficácia do programa e sua apuração é difícil no momento, vez que não há recursos suficientes para montar o necessário sistema de avaliação e monitoramento.
- Em razão do crescimento das atividades do programa, que terá de responder às questões referentes à avaliação e ao monitoramento das áreas em processo de desertificação, estudos e pesquisas das causas e das soluções dos processos, assim como das significativas demandas internas e internacionais, dos governos estaduais e da sociedade civil local, será necessário, no mínimo, dobrar a equipe gerencial.

COMUNIDADES TRADICIONAIS

OBJETIVO

Melhorar a qualidade de vida dos integrantes de comunidades tradicionais, por meio de assistência técnica e financeira a empreendimentos produtivos e iniciativas de auto-organização associadas à gestão ambiental.

PÚBLICO-ALVO

Comunidades e entidades representativas de populações tradicionais.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 16.302.630,00	Empenho Liquidado: R\$ 11.601.899,00 Pago estatais: - Total: R\$ 11.601.899,00
Previsto não orçamentário R\$ 14.144.000,00	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

Em 2005 foram elaborados dois indicadores para o programa, a serem apurados a partir de 2006.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Brasil é um dos países de maior diversidade cultural no planeta e apresenta a existência de centenas de grupos tradicionais, que incluem, entre outros, seringueiros, caboclos e ribeirinhos, caiçaras, caipiras, quebradeiras de coco, quilombolas, pantaneiros, campeiros, babaqueiros, vareiros, jangadeiros, açorianos, entre outros. As populações tradicionais são caracterizadas, para os propósitos deste programa, por sua relação com a base de recursos naturais e quanto à gravidade e premência de suas demandas por políticas públicas de desenvolvimento sustentável. Dentre as características que definem as comunidades tradicionais destacam-se: a ligação intensa com territórios; a presença de instituições políticas próprias e tradicionais; e a dependência de sistemas de produção voltados principalmente para a subsistência. A Constituição de 1988 fez referência direta e indireta às populações tradicionais, como, por exemplo, no artigo 68 das Disposições Transitórias, que garante a propriedade definitiva das terras ocupadas por quilombolas. Outro marco legal da luta de comunidades tradicionais por reconhecimento é o Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990, que criou a figura das Reservas Extrativistas, depois incorporada na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. O programa “Comunidades Tradicionais” contribuirá para a recuperação da base de recursos degradados, com participação decisiva das próprias comunidades, detentoras de patrimônio inestimável de conhecimentos sobre o uso sustentável da biodiversidade.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Início do funcionamento das novas Agências Implementadoras e dos Comitês Locais do Programa.
- Aprovação de 138 projetos de apoio às atividades produtivas e de organização social das comunidades tradicionais extrativistas
- Capacitação de 321 extrativistas e 14 comunidades quilombolas em elaboração de projetos, liderança comunitária, comercialização de produtos, manejo florestal e agroecologia.
- Assistência a 2.342 produtores extrativistas para a elaboração e execução de projetos, assim como na elaboração de plano de manejo, realização de estudos técnicos, apoio na articulação com diversas entidades governamentais e não governamentais para apoio a atividades produtivas, de organização social e elaboração de políticas públicas.
- Realização do I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais: Pautas para Políticas Públicas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Os resultados obtidos em 2005 ficaram dentro do esperado, já que foi possível atingir boa parte das metas das ações. O programa utiliza recursos descentralizados, sendo os executores das ações as entidades que diretamente representam o público alvo ou entidades que o assessoram, conferindo alto desempenho e custos reduzidos à execução do programa.

Em 2005, as ações do programa não foram suficientes para o alcance do objetivo. No entanto, na revisão do Plano Plurianual da União ocorrida em 2005. Esta insuficiência foi parcialmente solucionada com a inclusão de uma ação, que se inicia em 2006. A gerência do programa está realizando articulações com outros ministérios, no âmbito da Comissão Nacional para o Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, para que novas ações sejam somadas às existentes.

O desempenho do programa foi prejudicado pela disponibilização reduzida e intempestiva dos recursos orçamentários e financeiros em relação ao inicialmente previsto. Ademais, houve necessidade de realocação de recursos que se destinariam ao atendimento das ações finalísticas para o pagamento de custos administrativos.

Outra restrição verificada no ano de 2005 foi a perda de recursos humanos, sem que houvesse reposição.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O programa inseriu-se ativamente nas reuniões da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e na elaboração da minuta de Instrução Normativa sobre produtos orgânicos; ajudou a organizar e participou do I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais; participou da II Conferência Nacional de Igualdade Racial, acrescentando o viés extrativista às discussões; e interagiu com a Câmara Setorial da Borracha e o Grupo de Trabalho do Biodiesel.

A equipe executora do programa contribuiu na elaboração do Plano para a Preservação e Controle do Desmatamento na Amazônia, do Plano de Desenvolvimento Sustentável para área de Influência da BR 163, do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco e do Programa Fome Zero, entre outros, inserindo nos mesmos a preocupação com a melhoria de vida das comunidades tradicionais.

RECOMENDAÇÕES

- O público-alvo precisa ser alterado, bem como a regionalização dos beneficiários, para atender melhor o objetivo do programa. Recomenda-se ainda a ampliação das ações deste programa para a consecução de seu objetivo, que possui uma dimensão ampla.
- Na ação 6060 - “Capacitação de Comunidades Tradicionais”, deverá ser ajustado o quantitativo de meta física de comunidades beneficiadas.
- Há necessidade de contratação de mais 8 técnicos, sendo um deles qualificado para trabalhar com formação de pessoas na área de agroextrativismo, três com qualificação na área de análise, monitoramento e avaliação de projetos, dois qualificados para análise de prestação de contas de projetos, um para trabalhar na área de políticas públicas para as Comunidades Tradicionais e um para ser o responsável pelo fluxo de informações do programa.

CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS

OBJETIVO

Conservar e recuperar os biomas brasileiros da Amazônia, da Mata Atlântica e dos Campos Sulinos, do Cerrado e da Caatinga e da Zona Costeira e Marinha.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 18.055.795,00	Empenho Liquidado: R\$ 7.180.500,00 Pago estatais: - Total: R\$ 7.180.500,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE REMANESCENTES DO BIOMA DA MATA ATLÂNTICA

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 7,84 em 31/12/2001
Índice previsto ao final do PPA: 8,48

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice não pôde ser apurado, mas está sendo finalizado um estudo que indicará a taxa de remanescentes por biomas existente.

2. TAXA DE REMANESCENTES DO BIOMA DO CERRADO

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Não existia um índice de referência oficial, mas está sendo finalizado um estudo que indicará a taxa de remanescentes por biomas existentes.

3. TAXA DE REMANESCENTES DO BIOMA DA ZONA COSTEIRA E MARINHA

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Não existia um índice de referência oficial até agora, mas está sendo finalizado um estudo que indicará a taxa de remanescentes por biomas existente hoje.

4. TAXA DE REMANESCENTES DO BIOMA DE CAMPOS SULINOS

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Não existia um índice de referência oficial, mas está sendo finalizado um estudo que indicará a taxa de remanescentes por biomas existentes.

5. TAXA DE REMANESCENTES DO BIOMA DA CAATINGA

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Não existia um índice de referência oficial, mas está sendo finalizado um estudo que indicará a taxa de remanescentes por biomas existentes.

6. TAXA DE REMANESCENTES DO BIOMA DA AMAZÔNIA

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Não existia um índice de referência oficial, mas está sendo finalizado um estudo que indicará a taxa de remanescentes por biomas existentes.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O “estado da arte” dos biomas brasileiros não se encontra completamente diagnosticado, sobretudo, no que se refere à cobertura vegetal.

O enfoque sistêmico por bioma incorpora uma nova visão sobre o manejo e a conservação dos recursos naturais, necessária para se alcançar o desenvolvimento sustentável.

Historicamente, acreditava-se que era suficiente garantir a conservação de espécies isoladamente, passando-se depois para a conservação de amostras de ecossistemas através da criação de unidades de conservação. Finalmente percebeu-se que é necessária uma visão global, com uma ação mais ampla sobre as potencialidades e ameaças a que estão submetidos os recursos naturais em todo o bioma e que sem isso, não será possível garantir a conservação da biodiversidade no longo prazo.

Esta estratégia é, portanto, um marco diferencial que define diretrizes e orienta as ações do programa.

Um passo importante, nessa direção, é a realização de um inventário mais completo sobre a cobertura vegetal e dos outros recursos naturais existentes nos biomas. Ademais, é relevante mencionar que é necessária uma avaliação da evolução da ação antrópica, que muda com o avanço do conhecimento científico e tecnológico.

Cabe ao Estado tomar as medidas, não somente de ordem legais (fiscalização), mas também de planejamento de ações com o intuito de recuperar estas áreas.

O Programa Biomas trabalha com a riqueza de espécies, com as interações entre os seres vivos e os processos ecológicos, com a implantação de corredores ecológicos, bem como na recuperação de Áreas de Preservação Permanente.

Considerando-se que a criação de unidades de conservação não é suficiente para garantir a conservação da biodiversidade e promoção do desenvolvimento sustentável, há que se estimular a adoção de práticas de recuperação e uso sustentável nos biomas, em particular no que se refere à biodiversidade, que compatibilizem a conservação, a geração de renda, a distribuição da riqueza, a valorização das culturas humanas associadas aos biomas e a promoção da qualidade de vida das populações, sobretudo aquelas que tradicionalmente mantêm forte relação com a biodiversidade local.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Mata Atlântica: os Subprojetos Demonstrativos da Mata Atlântica, integrantes do Projeto Piloto para Florestas Tropicais (PPG7) iniciaram sua implementação de 50 projetos descentralizados, por meio da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Sustentável, que contaram com o apoio do Núcleo da Mata Atlântica.
- Cerrado: foram aprovados diversos projetos por meio do Edital Assistência Técnica e Extensão Rural em Atividades Florestais aos Agricultores Familiares no Bioma Cerrado em parceria com o Programa Nacional de Florestas, com o Fundo Nacional de Meio Ambiente e com o apoio do “Programa Biomas”.
- Zona Costeira e Marinha: foi dada continuidade ao acompanhamento técnico do convênio com o Instituto Recifes Costeiros “Monitoramento de Recifes de Corais Brasileiros - Reef Check”.
- Implantação de Corredores Ecológicos: elaboração do Plano de Gestão para os Corredores Centrais da Mata Atlântica e Amazônia; fiscalização e monitoramento, estruturas institucionais estabelecidas e operando nos dois corredores.
- Monitoramento da Ação Antrópica: o monitoramento da ação antrópica tem sido realizado por meio de oficinas e reuniões realizadas por biomas, envolvendo os Grupos de Trabalho respectivos, tendo como base mapas com dados sobre o estado da cobertura vegetal. Foi realizado monitoramento in loco por meio dos convênios firmados, tais como o de monitoramento de recifes de corais e a implantação de um projeto de monitoramento para a Mata Atlântica.
- Recuperação de Áreas Degradadas: no Cerrado foi dada continuidade à “Implementação de Módulos Demonstrativos de Recuperação de Áreas Degradadas do Cerrado com Espécies Nativas de Uso Múltiplo”, em

parceria com a Universidade de Brasília e a EMBRAPA, em oito áreas distintas de um hectare cada área, em Brasília e seu entorno.

- Núcleo do Bioma Caatinga: realização de reuniões do GT-Caatinga que resultaram no início do processo de elaboração do Programa de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade da Caatinga, na definição de áreas prioritárias para criação de unidades de conservação e avaliação dos resultados do projeto “Demonstrações de Manejo Integrado de Ecossistemas e de Bacias Hidrográficas no Bioma Caatinga”.
- Núcleo do Bioma Zona Costeira e Marinha: criação de grupo de trabalho técnico que elaborou metas e atividades para o Plano contemplando as especificidades marinhas; foi lançado e distribuído um vídeo educativo para a divulgação dos princípios de conduta consciente para a visitação destes ambientes, dando continuidade às ações da “Campanha de Conduta Consciente em Ambientes Recifais”.
- Núcleo do Bioma Mata Atlântica: acompanhamento dos Projetos bilaterais do KfW-Group com os Estados de RS, SC, PR, SP, RJ, MG e os corredores ecológicos, com o objetivo de compartilhar informações, convergir metodologias e viabilizar a atuação integrada no processo de monitoramento da Mata Atlântica. Esses projetos estaduais e as iniciativas nesse sentido do MMA, com destaque para o PDA Mata Atlântica, visam à implementação dos recursos destinados à essa finalidade; aquisição de equipamentos e materiais para estruturação do Núcleo Assessor para a Mata Atlântica - NAPMA e do Laboratório de Geoprocessamento; capacitação de técnicos e consultores do NAPMA e do Laboratório de Geoprocessamento em programas de informações geográficas; criação e implantação do Grupo de Trabalho Araucárias Sul, que realizou estudos técnicos de campo em 10 áreas do Paraná e Santa Catarina, resultando na efetiva criação das unidades de conservação: Parque Nacional das Araucárias em Santa Catarina – com 12.839 hectares e Estação Ecológica da Mata Preta em Santa Catarina – com 6.563 hectares, iniciadas discussões com o IBAMA e projetos Bilaterais do KFW para lançamento da chamada nacional na linha temática “Monitoramento Participativo da Mata Atlântica”; contratação de consultora e realização do segundo Seminário para elaboração de Programa de Conservação da Mata Atlântica.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Os resultados referentes ao ano de 2005 foram alcançados de forma satisfatória e têm perspectiva de incremento. Todavia, algumas restrições foram verificadas, relacionadas ao volume e ao fluxo dos recursos financeiros disponibilizados ao Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

- A meta física prevista para o ano de 2005 da Ação 101V “Implantação de Corredores Ecológicos” foi inserida de forma errônea no sistema, uma vez que se trata da implantação de corredores em um a área correspondente a

mais de 32 milhões de hectares, e não apenas 100 hectares como consta na Lei Orçamentária Anual 2006.

- O objetivo do Programa, dada suas limitações, não é “conservar e recuperar os biomas brasileiros” mas sim “contribuir para a sustentabilidade das políticas públicas que afetam os biomas Cerrado, Pantanal, Marinho, Costeiro, Caatinga, Mata Atlântica e Pampas, por meio da implantação de Sistemas de Gestão Integrada e capacitação, a partir das especificidades de cada bioma”. Tal adequação já foi contemplada na programação 2006 do Plano Plurianual da União.
- As ações previstas para 2005 foram realizadas. Entretanto, entende-se que um redesenho do Programa, incluindo a reformulação das ações fez-se necessária, de forma a não haver sobreposição com outras ações ou necessidade de migração das ações existentes para o atendimento a outros Programas.
- A liberação gradual ou no início do ano dos recursos financeiros seria ideal para a plena execução do Programa de acordo com o planejamento de suas atividades.

CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS GENÉTICOS

OBJETIVO

Promover o acesso, o uso sustentável, a biossegurança e a repartição dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado.

PÚBLICO-ALVO

Comunidades locais, povos indígenas, assentados rurais, pequenos agricultores, organizações não-governamentais, comunidade acadêmica e setor empresarial.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 2.648.411,00	Empenho Liquidado: R\$ 2.146.653,00 Pago estatais: - Total: R\$ 2.146.653,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. NÚMERO DE AUTORIZAÇÕES DE ACESSO AOS RECURSOS GENÉTICOS CONCEDIDAS

Unidade de medida: Unidade

Último índice apurado: 177 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 300

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Existe a possibilidade de se atingir o índice previsto até o final de 2007, caso se intensifiquem as atividades previstas nas ações mais específicas e sem ocorrência de contingenciamentos e/ou atraso na liberação dos recursos financeiros previstos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O uso sustentável de recursos genéticos no Brasil é atividade imperiosa, pois está diretamente relacionada com o aproveitamento econômico e social, assim como a conservação da sua biodiversidade.

Por ser o país detentor de 20% da biodiversidade mundial, cabe utilizá-la com parâmetros de perpetuidade e cuidando para que seja catalisadora de ações voltadas ao combate às desigualdades regionais, a uma maior oferta de bens e de empregos e a uma efetiva inclusão social.

A conservação dos recursos genéticos implica no estabelecimento de uma rede de conservação ex-situ, na conservação de variedades locais em propriedades rurais,

na conservação dos parentes silvestres das plantas cultivadas e espécies ameaçadas da fauna e da flora.

O uso sustentável dos recursos genéticos é condição primordial para a perpetuidade da sua utilização, como é o caso da identificação e uso de espécies vegetais com importância econômica atual ou potencial, atividade que, certamente, apontará para fontes geradoras de riqueza.

Especial ênfase será dada às atividades relacionadas à caracterização, à conservação, ao uso sustentável e ao fomento das variedades de plantas crioulas mantidas por pequenos agricultores nas propriedades, bem como às atividades relacionadas à regulamentação do uso dos componentes do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado. Ademais, para se conferir a necessária abrangência ao tema recursos genéticos, é necessária a implantação de estratégias de inserção de novos padrões tecnológicos de uso desses recursos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Implantação de 7 sistemas de uso sustentável em áreas dos Centros Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade (CIMAs).
- Capacitação de 133 pessoas em Biossegurança de Organismos Geneticamente Modificados.
- Capacitação de 51 pessoas para o Combate à Biopirataria.
- Apoio a 4 Projetos de Pesquisa e Proteção do Conhecimento Tradicional Associado à Biodiversidade.
- Realização de 3 pesquisas para o Uso Sustentável dos Recursos Genéticos de Plantas Medicinais Nativas.
- Firmados 3 contratos de Repartição de Benefícios decorrentes do Uso dos Recursos Genéticos e do Conhecimento Tradicional Associado.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Em termos gerais, pode-se considerar que os resultados do programa ficaram dentro do esperado e foram compatíveis com o pequeno volume de recursos orçamentários alocados. As demandas por recursos foram muito superiores ao previsto na Lei Orçamentária Anual. Aliados ao contingenciamento do orçamento e atraso na liberação dos recursos, os problemas e dificuldades se avolumam e, em muitos casos, impossibilitam o atingimento das metas propostas.

As metas físicas foram satisfatoriamente executadas, exceto a da ação 6287 - "Pesquisa para o Uso Sustentável dos Recursos Genéticos de Plantas Medicinais Nativas", que teve os seus recursos financeiros contingenciados integralmente.

O desempenho da ação 6056 - "Fomento à Bioprospecção e Desenvolvimento de Produtos e Processos Derivados da Biodiversidade" ficou abaixo do esperado, devido à vacância e não substituição do coordenador da ação.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Cada ação do programa tem uma identificação maior com determinado público específico e cada um deles está sendo atendido, podendo se verificar que as

comunidades locais, os povos indígenas, os assentados rurais, os pequenos agricultores, as organizações não-governamentais, a comunidade acadêmica e o setor empresarial estão sendo contemplados sob diferentes formas e em diferentes momentos com as atividades desenvolvidas em cada ação.

RECOMENDAÇÕES

- Com a incorporação do programa “Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos” ao programa “Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos” a partir de 2006, sugere-se que os coordenadores das ações incorporadas realizem as correções e os ajustes necessários ao seu bom desempenho.

CONSERVAÇÃO, USO RACIONAL E QUALIDADE DAS ÁGUAS

OBJETIVO

Melhorar a eficiência do uso dos recursos hídricos, a conservação e a qualidade das águas.

PÚBLICO-ALVO

Usuários de recursos hídricos e populações das bacias hidrográficas.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 32.661.380,00	Empenho Liquidado: R\$ 11.807.608,00 Pago estatais: - Total: R\$ 11.807.608,00
Previsto não orçamentário R\$ 291.000.000,00	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. CONSUMO MÉDIO ANUAL DE ÁGUA NO SETOR DE IRRIGAÇÃO

Unidade de medida: Vazão em litros/segundo/ha

Último índice apurado: 0,79 em 06/06/2003

Índice previsto ao final do PPA: 0,55

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Os recursos alocados e efetivamente disponibilizados para a execução do programa são insuficientes para o alcance do índice previsto ao final do PPA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Brasil, apesar de deter reservas substanciais de águas superficiais, vem sofrendo um crescente e preocupante processo de degradação dos seus corpos d'água, causado pelo adensamento populacional e pela poluição agrícola, urbana e industrial.

Há regiões no Brasil em que, a despeito da elevada disponibilidade natural de água, a intensa e desordenada ocupação tem gerado problemas de disputa, em face de questões associadas à escassez e à qualidade requerida pelos usuários.

No outro extremo destacam-se regiões com baixa disponibilidade natural de água, em particular o semi-árido nordestino, com períodos de estiagem prolongados que agravam a situação ambiental local e causam reflexos negativos sobre o desenvolvimento econômico e social da região.

Esforços devem ser empreendidos para o controle desse processo, envolvendo diferentes escalas econômicas e arranjos institucionais, propiciando desde o desenvolvimento de práticas e tecnologias de estímulo ao uso racional da água, principalmente junto aos setores industrial, de irrigação e de saneamento, como

também por meio de experiências de conservação e ampliação da oferta sustentável de água de boa qualidade.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Desenvolvimento de processos estratégicos voltados para o uso racional e a ampliação da eficiência do uso dos recursos hídricos, para os setores prioritários em demanda hídrica.
- Manutenção e continuidade de projetos iniciados de conservação de bacias hidrográficas.
- Produzidos resultados importantes no projeto realizado em parceria com o “Global Environment Facility” (GEF), destacando-se o Relatório Final do Programa de Ações Estratégicas para o Gerenciamento Integrado da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e sua Zona Costeira e o Plano Decenal da Bacia, já aprovado pelo seu Comitê de Bacia.
- Apoio a projetos de recuperação da Lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte (MG) e conservação de bacias hidrográficas no Estado do Rio de Janeiro.
- Formalização de quatro parcerias para a Região Hidrográfica do Rio São Francisco.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Os recursos orçamentários disponibilizados ao programa foram insuficientes, tendo em vista sua abrangência e os resultados esperados. Não foram apurados resultados decorrentes da ação não-orçamentária, que detém cerca de 90% do volume de recursos do programa, no exercício.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A cobertura do público-alvo está abaixo do esperado e os esforços estão sendo direcionados para atuação estratégica, visando a resultados de amplo alcance e de menor custo. Algumas ações são implementadas por meio de publicação de editais de ampla divulgação, tornando o processo de seleção de projetos transparente e propiciando o controle social sobre os resultados.

RECOMENDAÇÕES

- Revisar o programa, com a definição de escopo e de indicadores compatíveis com o volume de recursos que vêm sendo disponibilizados e os resultados pretendidos, ou, ainda, fundí-lo com programa similar ou complementar.

CONSERVAÇÃO, USO SUSTENTÁVEL E RECUPERAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

OBJETIVO

Conhecer, conservar e recuperar a diversidade biológica e promover e controlar sua utilização sustentável.

PÚBLICO-ALVO

Povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, produtores rurais, setor empresarial, museus e herbários, academia e comunidade internacional.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 35.383.227,00	Empenho Liquidado: R\$ 23.717.152,00 Pago estatais: - Total: R\$ 23.717.152,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE CONSERVAÇÃO DAS ESPÉCIES AMEAÇADAS

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 7 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 12

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Os compromissos até aqui firmados com os parceiros e atores envolvidos, indicam que muito provavelmente a taxa de conservação de espécies ameaçadas será superada em relação aos 12% previsto para ser atingido no final de 2007. Além disso, percebe-se uma evolução no índice, que passou de 2% em 15 de agosto de 2003 para 7 em 2005.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Brasil abriga a maior diversidade biológica dentre os 17 países megadiversos, que reúnem 70% das espécies de animais e vegetais catalogadas no mundo. Apresenta, também, diversidade cultural expressiva, constituída por mais de 200 povos indígenas e por inúmeras populações tradicionais/locais detentoras de conhecimentos associados ao uso da biodiversidade. A conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica implicam, também, na preservação dos conhecimentos das comunidades locais e populações indígenas, às quais devem ser revertidos, de forma equitativa, os benefícios decorrentes de sua exploração.

Muitas espécies de mamíferos e aves brasileiros estão ameaçadas de extinção. A

Mata Atlântica está, atualmente, reduzida a menos de 7% de sua área original e cerca de 15% da Floresta Amazônica foi desmatada. O bioma Cerrado perdeu mais de 50% da vegetação nativa e abriga alguma forma de utilização econômica em quase toda a sua extensão. O bioma Caatinga, que teve mais de 50% da sua vegetação nativa removida, sofre, em consequência, com prolongadas secas, erosão do solo, salinização e processos de desertificação.

A Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB, tem como princípios a conservação e o uso sustentável dos componentes da biodiversidade, a repartição justa e equitativa dos benefícios resultantes do uso dos recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais associados, a soberania nacional sobre os recursos da biodiversidade, a proteção dos conhecimentos tradicionais e a aplicação do princípio da precaução.

O Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002, instituiu, conforme disposto em seu anexo, princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade. O Ministério do Meio Ambiente, por intermédio do Programa Nacional da Diversidade Biológica - PRONABIO, conforme previsto no Decreto nº 4.703, de 21 de maio de 2003, coordenará a formulação e a implementação dessa Política, mediante a promoção da parceria entre o Poder Público e a sociedade civil. O Programa Biodiversidade proposto deve, portanto, além de promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade brasileira, gerar mudanças na qualidade de vida da sociedade brasileira, criando alternativas viáveis de produção, alinhadas com a conservação ambiental e contribuindo, ainda, para a inclusão social.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Apoiados 84 projetos de Fomento a Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica.
- 2. Realização do Seminário Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras no mês de outubro de 2005, em Brasília, com a participação de mais de 400 participantes da Comunidade Acadêmica, organizações não-governamentais, instituições públicas, setor privado, dentre outros.
- 3. Realizadas dezenas de operações de fiscalização específicas de fauna, destacando-se as operações "Trinca-Ferro", nos estados das regiões Sul e Sudeste do Brasil, "Quem Ama não Compra", em Minas Gerais, Goiás e Bahia, "Círio", no Aeroporto Internacional de Belém, "RAN", em Goiás, além das operações conjuntas de fiscalização de Fauna, Flora e Pesca, em diversos estados brasileiros.
- 4. Realização de dezenas de ações relacionadas à proteção, conservação e uso sustentável de espécies da flora, destacando-se o levantamento das espécies de Potencial Econômico na Floresta Nacional de Brasília e na Estação Ecológica de Águas Emendadas.
- 5. Realização de dezenas de palestras e cursos, impressão de folders, cartazes e livretos sobre as diferentes temáticas relacionadas à biodiversidade.
- 6. Participação na elaboração e revisão da lista de espécies da flora ameaçadas de extinção.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O Programa Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Biodiversidade alcançou resultados dentro do esperado no ano de 2005. As ações desenvolvidas

contemplaram a realização de diversos eventos promovidos em parceria com atores sociais, organizações não-governamentais, governos municipais e estaduais cujos resultados visaram a subsidiar as decisões brasileiras sobre temas que estão na pauta de discussões globais, relacionados a conservação, uso sustentável da biodiversidade e repartição dos benefícios decorrentes.

Houve liberação intempestiva de parte dos recursos financeiros destinados ao Programa e recursos orçamentários executados foram insuficientes para o tratamento adequado do tema. De modo específico, a insuficiência dos recursos alocados na Ação 4696 “Controle, Triagem, Recuperação e Destinação de Animais Silvestres” prejudicou seu desempenho.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As contribuições da participação social para os resultados do programa ocorrem principalmente nos processos elaboração de diagnósticos de situação para o planejamento das ações do Programa. Da mesma forma, a definição de termos de referência e a contratação de estudos e pesquisas, na maioria das vezes, são realizadas após amplo processo de consulta aos beneficiários.

O Programa avalia a satisfação de seus beneficiários por ocasião das Monitorias de Acompanhamento dos projetos conveniados, realizadas uma vez por ano. Na oportunidade, são ouvidos, por amostragem, beneficiários dos referidos projetos e verificada a regularidade na aplicação dos recursos, os resultados alcançados e os impactos na biodiversidade.

RECOMENDAÇÕES

- Recomenda-se elaboração de outros indicadores capazes de representarem, de forma mais clara, os avanços obtidos com a execução das ações.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PANTANAL

OBJETIVO

Promover o desenvolvimento sustentável da bacia do Alto Paraguai, incentivando atividades econômicas ambientalmente compatíveis com o ecossistema.

PÚBLICO-ALVO

População residente na bacia do Alto Paraguai.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 10.290.865,00	Empenho Liquidado: R\$ 1.848.330,00 Pago estatais: - Total: R\$ 1.848.330,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE ÁREA PRESERVADA DA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 1,4 em 30/06/2001

Índice previsto ao final do PPA: 5,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Não foi calculado o índice de 2005, o que dificulta verificar a viabilidade de alcance ao final do PPA.

2. TAXA DE QUALIDADE DA ÁGUA

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 9 em 30/06/2001

Índice previsto ao final do PPA: 21

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Não foi calculado o índice de 2005, o que dificulta verificar a viabilidade de alcance ao final do PPA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As atividades antrópicas desordenadas e o crescimento acelerado das cidades sem a devida urbanização geraram condições críticas de assoreamento, poluição e contaminação dos corpos hídricos e a degradação dos ecossistemas, afetando o desenvolvimento sustentável da Bacia do Alto Paraguai (BAP).

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Criação do Conselho Deliberativo da Reserva da Biosfera do Pantanal.
- Conservação das estradas parques iniciadas.
- Conclusão de pesquisa sobre a ictiofauna no Pantanal.
- Elaboração dos Planos de Manejos das Unidades de Conservação.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Os resultados de 2005 superaram as previsões. Apesar das dificuldades decorrentes da não renovação do contrato de financiamento externo vinculado ao programa, a articulação e o planejamento de atividades tiveram continuidade, possibilitando sua implementação a partir do exercício de 2006.

A principal restrição que acometeu o programa foi a alocação a menor de recursos orçamentários em relação à previsão do Plano Plurianual da União. Na ação 0891 - "Apoio à Implantação de Estradas-Parque e Cênicas na Bacia do Alto Paraguai", os recursos estiveram disponíveis, mas houve dificuldades na execução dos convênios de implementação.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

- É necessário redefinir o objetivo e o público-alvo, para aumentar a efetividade do programa. Há necessidade de alterar algumas metas em função da modificação das ações.
- Recomenda-se a formulação de novos indicadores capazes de expressarem de forma mais clara os resultados do programa.
- Há necessidade de redefinir a concepção do programa, compartilhando suas ações com outros Ministérios, com os Governos Estaduais e Municipais e com outras instituições da sociedade.
- Será preciso anunciar o problema de acordo com a visão das demais esferas de governo e da sociedade, bem como, delimitar o objetivo de forma compartilhada e integrada.
- Há necessidade de elaborar, de forma integrada, as previsões orçamentárias no âmbito federal, levando em consideração a participação das demais esferas de governo (estaduais e municipais) e a possível colaboração de organizações não governamentais e organismos de cooperação multilateral.
- É preciso redefinir as prioridades e a formatação do programa, envolvendo outros Ministérios, articulando-se as ações por meio do Pacto para Gestão Territorial Integrada no âmbito da Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS

OBJETIVO

Construir valores e relações sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação de todos na edificação de sociedades sustentáveis.

PÚBLICO-ALVO

Educadores ambientais, profissionais do ensino, estudantes, gestores, técnicos, profissionais da mídia e voluntários atuantes na área ambiental e usuários e manejadores diretos de recursos ambientais.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 11.991.860,00	Empenho Liquidado: R\$ 6.483.474,00 Pago estatais: - Total: R\$ 6.483.474,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. NÚMERO DE COLETIVOS EDUCADORES CONSTITUÍDOS

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 49 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

-

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela Lei nº 9.795/99 e regulamentada pelo Decreto nº 4.281/02, induz à promoção da democratização do acesso à Educação Ambiental como parte do processo educativo mais amplo, incumbindo ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 255 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.

O Ministério do Meio Ambiente, visando a cumprir sua missão, em sua orientação estratégica, estabeleceu quatro diretrizes para a implementação da Política Pública Ambiental: a) a transversalidade da dimensão ambiental; b) a construção e adoção da sustentabilidade; c) a participação e o controle social na política ambiental; e d) o fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente.

A implementação de uma Política Pública Ambiental pautada por essas diretrizes demanda o fortalecimento da educação ambiental por meio de seu enraizamento em todo o território nacional, de modo a ampliar e aprofundar a inserção dos preceitos socioambientalistas na agenda governamental e no cotidiano da população brasileira.

Tal enraizamento, direcionado à construção de sociedades sustentáveis, exige a integração e ordenação de ações educacionais na gestão pública, na formação, na comunicação e na mobilização social, com o desenvolvimento e a articulação de instrumentos, instâncias, mecanismos e processos estratégicos, que resultem no estabelecimento das condições estruturais para que a política de educação ambiental esteja acessível a todos, que dela todos participem, de modo a contribuir efetivamente na melhoria de qualidade de vida da população e do quadro socioambiental do país.

Desse modo, o Programa de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis, em consonância com o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), atua na potencialização das interfaces com o conjunto dos Ministérios, das demais Secretarias do MMA e dos órgãos vinculados; no fortalecimento das parcerias com a sociedade organizada; na articulação da educação ambiental nos diversos órgãos do SISNAMA; no fortalecimento das instâncias colegiadas de educação ambiental nas esferas federal, estadual, distrital e municipal, bem como no fomento a projetos de educação ambiental por meio do Fundo Nacional do Meio Ambiente e no apoio ao Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental e seu Comitê Assessor.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Articulação e processo de constituição de 49 Coletivos Educadores que estão implementando em suas bases territoriais o Programa Nacional de Formação de Educadores ambientais.
- Articulação para o estabelecimento e fortalecimento da Educação Ambiental nas 27 unidades federativas, sendo que 22 delas possuem Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA) e 5 possuem um grupo pró-CIEA.
- Apoio e fortalecimento de 42 Redes de Educação Ambiental em todo o país.
- Continuidade da estruturação do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental e de seu Comitê Assessor.
- Reestruturação do Sistema Brasileiro de Informações sobre Educação Ambiental (SIBEA), com base na criação de um diretório de competências em Educação Ambiental.
- Alcançado o número de 190 Salas Verdes, fomentando o estabelecimento da Rede de Salas Verdes e realizado o 1º Encontro Nacional de Salas Verdes.
- Lançamento do Edital FNMA nº 05/2005 “Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis”, com o recebimento de 54 propostas, das quais 22 foram selecionadas e 12 projetos conveniados.
- Realização, produção e transmissão via Internet do 1º Encontro Nacional da Rede Brasileira de Educomunicação Socioambiental, do 1º Encontro Nacional das CIEAs e de uma oficina para constituição de Coletivos Educadores realizados na modalidade de educação à distância.
- 9. Implementação do programa “Municípios Educadores Sustentáveis

(MES)”, mediante articulações de 2 a 64 Municípios em cada uma das cinco regiões do país.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O orçamento do programa não condiz com o volume de necessidades do mesmo frente ao desafio e à dimensão instituída pela Política Nacional de Educação Ambiental. Além disso, parte significativa dos recursos orçamentários permaneceu contingenciada durante todo o exercício, tendo sido parcialmente liberada apenas no final do quarto trimestre.

Outrossim, houve dificuldade na celebração de convênios com organizações não governamentais, comprometendo a plena execução da ação 2965 - “Fomento a Projetos Integrados de Educação”.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A obtenção dos resultados da Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis em 2005 ficou acima do esperado, devido principalmente à articulação institucional realizada ao longo do ano para a execução das atividades em parceria, segundo o princípio da descentralização. O número de Coletivos Educadores implantados superou a expectativa, assim como o desempenho das outras ações que o compõem.

O programa logrou alcançar seu público nos 27 Estados, devido às estratégias de segmentação e territorialização, destacando-se o envolvimento de povos e comunidades tradicionais, sindicalistas, ambientalistas, gestores públicos e educadores de modo geral.

A participação social tem fundamentado substancialmente o programa, na medida em que as práticas e vivências na implementação das ações conferem-lhe materialidade e possibilitam sua adequação e reformulação quando necessário.

Apesar de não ter sido feita uma avaliação sistemática da satisfação dos beneficiários, percebe-se um grau positivo de satisfação na medida em que se engajam nos processos de articulação local para a implementação das ações e apropriam-se das mesmas de forma espontânea, contribuindo para o fortalecimento e controle social do programa.

Além da avaliação anual para fins do PPA, foram realizadas avaliações pelas instituições parceiras e foi feita pesquisa pelo Laboratório de Psicologia Social da Universidade de São Paulo (LAPSI/USP) sobre o que o Ministério do Meio Ambiente pensa e faz em Educação Ambiental.

Embora a concepção geral esteja adequada, alguns aspectos do programa são passíveis de aperfeiçoamento, como a definição do objetivo em relação ao problema, a pertinência e a suficiência das ações, a suficiência das metas físicas, a definição dos indicadores, a composição das fontes de financiamento e a alocação de recursos orçamentários.

RECOMENDAÇÕES

- O objetivo deve contemplar a consolidação de um Sistema Nacional de Educação Ambiental, por meio da estruturação da Política Nacional de Educação Ambiental junto aos segmentos que compõem a sociedade e as demais políticas públicas relacionadas ao tema.
- Para adequarem-se aos objetivos, as ações devem contemplar a estruturação da Política Nacional de Educação Ambiental, por meio de quatro frentes: a) Formação de educadores/as ambientais; b) Comunicação socioambiental; c) Apoio à gestão compartilhada da Educação Ambiental e e) Fortalecimento Institucional do Programa.
- Devido à necessidade de fomentar e consolidar as ações, faz-se necessária a inclusão de novas ações e ampliação do orçamento das existentes de forma a permitir o alcance dos objetivos propostos.
- Faz-se necessária a inclusão de metas cuja mensuração seja viável, a fim de que uma melhor avaliação possa projetar o real resultado atingido e apresentado nos diversos relatórios de avaliação.

GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE

OBJETIVO

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de meio ambiente.

PÚBLICO-ALVO

Governo.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 55.672.730,00	Empenho Liquidado: R\$ 32.485.123,00 Pago estatais: - Total: R\$ 32.485.123,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

Este programa não possui indicador por ser do tipo “Gestão de Políticas Públicas”.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O momento atual requer nova forma de atuação do Estado, em que as atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais assumem especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Realização da II Conferência Nacional de Meio Ambiente, com a participação de 1.300 delegados dos setores empresarial e governamental e da sociedade civil organizada, incluindo aproximadamente 6.700 pessoas entre pesquisadores, autoridades dos diversos níveis de governo, expositores e representantes da mídia. Como resultado de todo este processo, foram aprovadas 800 deliberações, que se constituem em diretrizes para a Política de Meio Ambiente e que foram reunidas no Caderno de Deliberações da II CNMA.
- Aprovação de 10 Resoluções do CONAMA, de números 357/2005 a 366/2005.
- Elaboração de proposta de alteração do sistema nacional de crédito rural, visando ao tratamento diferenciado em termos de custos e prazos para os bens ambientais, no âmbito rural.
- Elaboração de proposta de legislação que visa a estender o Protocolo Verde aos bancos privados, equiparar os bens e serviços ambientais às atividades

culturais e audiovisuais e conceder isenção de IR para projetos ambientais, e de anteprojeto de isenção de IPI sobre bens industriais que caracterizam processos produtivos sustentáveis.

- Modernização dos sistemas de licenciamento ambiental em 12 Unidades da Federação.
- Implementação de sistemas de monitoramento da qualidade da água em 10 Estados, com mecanismos de disseminação de informação para os tomadores de decisão e para o público em geral, estimulando a integração da área de meio ambiente com a de recursos hídricos.
- Fortalecimento da atuação de órgãos estaduais e municipais para a gestão da zona costeira em 17 Estados litorâneos.
- Avanços nas políticas ambientais estaduais, particularmente na formulação de legislações específicas para a gestão de resíduos sólidos e de recursos hídricos, promovendo a melhoria na capacidade para a gestão ambiental do país.
- Melhoria da qualidade ambiental em áreas estaduais prioritárias, resultado do estabelecimento de novos modelos de gestão ambiental, que incluem a articulação da política ambiental com políticas setoriais.
- Integração ao Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente (SINIMA), dos sistemas de informações referenciais sobre a gestão ambiental no país: a) Diagnóstico sobre a gestão ambiental nos Estados; b) Portal de Qualidade de Água - em articulação com a Agência Nacional de Águas (ANA); c) Portal sobre o Licenciamento Ambiental (PNLA); d) modelagem de apoio à gestão de bacias hidrográficas - Sistema de Apoio à Decisão na Gestão de Bacias Hidrográficas (SAD).
- Iniciadas as ações de elaboração do Plano de Uso Público do Parque Nacional da Amazônia (AM) e da Trilha Interpretativa.
- Estruturação física/logística e capacitação de agentes das Unidades de Fiscalização em aeroportos nacionais e internacionais, visando ao fortalecimento e à intensificação do combate à biopirataria no ambiente aeroportuário.
- Concluído o Plano de Manejo Espeleológico da Gruta do Batismo (AM), instrumento essencial para o planejamento e desenvolvimento do ecoturismo nessa área.
- Concluída a Estratégia de Turismo do Pólo Tapajós, no Pará, cujos estudos visam à preparação da fase de investimentos que deverá ser objeto de negociação com os Estados partícipes e o governo federal, por meio do MMA e do Ministério do Turismo, que coordenará a fase II.
- Aprovação, pelo Poder Legislativo - Resolução N^o 68, publicada no DOU de 8.12.2005 - do contrato de empréstimo do "Tal Ambiental", no valor de US\$ 7.940.000, com participação dos Ministérios do Meio Ambiente, Fazenda, Integração Nacional, Desenvolvimento Agrário, Turismo, Cidades e Minas e Energia. O Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão participará da gestão do projeto.
- Realização do I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais.
- Elaboração e publicação do Suplemento de Meio Ambiente da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), que foi agraciado, em 2005, com o prêmio "Habitat Scroll of Honour Award", das Nações Unidas.
- Aprovação de projetos nas modalidades "Demanda Espontânea" e "Demanda Induzida" (Editais e Termos de Referência), submetidos ao Conselho Deliberativo do FNMA, bem como dos seguintes editais: a)

Recuperação e Proteção de Nascentes e Áreas que Margeiam os Corpos D'água; b) Apoio ao Fortalecimento da Gestão Ambiental e do Ordenamento Territorial dos Municípios localizados na área de influência da Rodovia BR 163; c) Apoio à Criação e ao Fortalecimento de Fundos Socioambientais Públicos; d) Coletivos para Educação para Territórios Sustentáveis; e) Fomento a Projetos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos na Bacia do Rio São Francisco.

- Monitoramento in loco de 45 projetos, para avaliação de seu desenvolvimento físico e financeiro.
- Capacitação, pelo FNMA, de 4.067 proponentes em 58 eventos presenciais e de 237 executores em 2 eventos presenciais.
- Início das articulações política e operacional entre governo e sociedade civil para a definição da Formulação de Política para o Carbono Sustentável.
- Capacitação de 736 servidores do MMA (147% da meta prevista), com destaque para os temas: 284 em software livre; 25 em Execução Orçamentária, Contábil e Financeira no Setor Público; 30 em Licitações, Contratos Administrativos e Pregoeiro; 30 em Elaboração de Projetos; 56 em Palestra de Cerimonial Público e Protocolo; 94 em Convênio e Prestação de Contas.
- Capacitação de 411 servidores da ANA, por meio da participação nos eventos principais: II Fórum Brasileiro sobre Agências Reguladoras; I Simpósio de Recursos Hídricos do Sul (Aguasul); I Seminário de Licitações e Contratos; XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento remoto; VII IAHS Scientific Assembly; IV Colóquio Brasileiro de Ciências Geodésicas; 7º Simpósio de Hidráulica e Recursos Hídricos dos Países de Língua Oficial Portuguesa (SILUBA); 5º Simpósio Brasileiro de Captação e Manejo de Água de Chuva; Conferência Internacional sobre Governança e Sustentabilidade Ambiental; CSO MEETING - 3º Encontro Nacional de Chief Security Officers; Conferência Latino-Americana de Usuários ESRI - LEIGA GIS e Pré-Evento ESRI; Seminário: Mudanças Climáticas - Projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo; GEOLIVRE - Rio 2005; II Fórum de Gestores de tecnologia da Informação (TI CONIP) da LRF.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Os resultados obtidos em 2005, no geral, estiveram dentro das previsões pois a definição de políticas públicas, principalmente nas questões ambientais, requer esforço constante e de longo prazo dos órgãos de governo.

As ações que compõem o programa "Gestão da Política de Meio Ambiente" produzem resultados em um horizonte de longo prazo e a sua governabilidade está muito além da capacidade de resposta apenas do MMA, pois dependerá de resultados de outras políticas públicas e de investimentos por parte das instituições públicas e também privadas.

Foi mediano o desempenho da execução das ações com recursos descentralizados e executados em outras unidades do Ministério por haver carência de capacitação técnica, em entidades que participam da execução do programa. Entretanto, foi positiva a participação social para a realização de Conferências Municipais e Estaduais.

Houve disponibilização a menor e por vezes intempestiva de recursos financeiros

em relação ao inicialmente previsto. Para a superação dessa restrição, a gerência do programa priorizou o estabelecimento de parcerias com entes públicos e organizações da sociedade brasileira e internacional, como a Petrobrás, a Caixa Econômica Federal e o Banco Mundial/BIRD para não comprometer o alcance dos resultados.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O grande desafio para a definição e implementação de políticas públicas de meio ambiente é a superação da visão de desenvolvimento limitada quase que somente aos indicadores econômicos, pois o desenvolvimento com sustentabilidade ambiental é multidimensional, compreendendo também as dimensões social, política, ética e cultural.

Na área de fiscalização, houve foco na capacitação dos agentes públicos locais e na sensibilização da comunidade do ambiente portuário, onde as atividades atenderam de maneira satisfatória à demanda de combater a biopirataria.

Em relação à cobertura do público-alvo da ação 8661 – “Planejamento para o Desenvolvimento do Ecoturismo em Áreas Seleccionadas”, que se concentra nos governos estaduais, o objetivo se cumpriu de forma satisfatória, visto que as estratégias estaduais de ecoturismo foram efetivamente concluídas.

Além da avaliação anual dos programas do PPA, foi realizada auto-avaliação informal pelo corpo dirigente. No caso da ação 0912 – “Apoio a Projetos Integrados de Meio Ambiente (PNMA II)”, é realizada avaliação anual pelo Banco Mundial, além das avaliações realizadas por consultorias.

Quanto ao monitoramento do programa, suas ações são acompanhadas por técnicos lotados na unidade organizacional correspondente ao acompanhamento físico da ação, com avaliação de seus resultados. A gerência monitora mensalmente os resultados e a alimentação de informações, no SIGPlan, dentro de suas rotinas de trabalho, utilizando os seguintes instrumentos: Sistema de Informações Ambientais/SIGMA; Relatório de Gerenciamento de Projetos/PMR; Plano Operativo Anual/POA; Relatório Consolidado do Programa por Estado; Relatório Síntese de Acompanhamento e Missões de Supervisão *in loco*.

Para a ação 869P – “TAL Ambiental”, está em construção o Sistema de Avaliação e Monitoramento que permitirá o acompanhamento do desempenho físico-financeiro e a identificação de prioridades e impactos da implementação.

As organizações não governamentais e a sociedade civil organizada participaram ativamente das audiências públicas, das discussões para a elaboração e construção de políticas de meio ambiente, pois há implicações para toda a sociedade.

Alguns mecanismos de participação dos interessados foram desenvolvidos. No caso da ação 6037 – “Fortalecimento e Aprimoramento da Fiscalização Ambiental”, foram feitas reuniões e visitas para intercâmbio e parcerias envolvendo a comunidade aeroportuária, incluindo os usuários dos serviços e empresas aéreas, bem como diversos órgãos fiscalizadores como Polícia Federal, Civil, Militar, Receita Federal, MAPA e ANVISA.

Em outras ações houve oficinas participativas, comissão de supervisão do portal de monitoramento da qualidade da água e do licenciamento ambiental e, ainda, reuniões constantes com a Abema e Anamma, na repartição de responsabilização nas 3 esferas de governo.

A participação social resultou em deliberações das Conferências nos Estados, ajustes dos resultados das ações às demandas locais específicas e agilidade na articulação local, favorecendo a sustentabilidade das ações.

Mesmo constando que o público-alvo do programa é o Governo, não se pode deixar de dizer que a sociedade será sempre o grande beneficiário direto de políticas públicas ambientais, visto que estas afetarão a população atual e as futuras. Nesse sentido, devido ao custo elevado de aplicação, o programa carece de instrumento de avaliação de satisfação ou reação dos beneficiários. Entretanto, estão em andamento oficinas de avaliação com os envolvidos nos Estados, seminários e avaliações de campo.

RECOMENDAÇÕES

- Faz-se necessária a qualificação permanente do corpo técnico do programa para o alcance de conhecimento em todas as temáticas ambientais e atividades que requerem formações específicas e especialização.

GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

OBJETIVO

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e o controle dos programas na área de recursos hídricos.

PÚBLICO-ALVO

Usuários de recursos hídricos e população das bacias hidrográficas.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 7.966.372,00	Empenho Liquidado: R\$ 6.959.280,00 Pago estatais: - Total: R\$ 6.959.280,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

Este programa não possui indicador por ser do tipo “Gestão de Políticas Públicas”.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Política Nacional de Recursos Hídricos foi instituída pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que estabelece os fundamentos, os objetivos, as diretrizes gerais de ação e os instrumentos da Política e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, definindo as entidades integrantes do sistema e suas competências.

Conforme disposto na legislação, a base para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos está consubstanciada na consolidação dos instrumentos de gestão e regulação, o que pressupõe o fortalecimento da capacidade nacional para estruturação e efetivação destes instrumentos. Cabe ressaltar que, de acordo com o artigo 29 da lei citada, compete ao Poder Executivo Federal “tomar as providências necessárias à implementação e ao funcionamento do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos”.

Desta forma o Sistema de Gerenciamento dos Recursos Hídricos no país, considerando os fundamentos e as diretrizes gerais de ação previstos na lei, deverá propiciar a construção de um pacto federativo que promova a gestão dos recursos hídricos e sua integração com a gestão ambiental e com o uso do solo, bem como promover a articulação do sistema respeitando a diversidade do país e o aprimoramento das estruturas de formulação e decisão, garantindo a participação e o efetivo controle social, com vistas a assegurar o uso múltiplo das águas de forma sustentável, bem como a utilização equilibrada, racional e justa dos recursos hídricos nacionais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Realização de uma série de debates públicos, reuniões de organismos colegiados, oficinas setoriais com as organizações da sociedade civil, os movimentos sociais e os usuários de recursos hídricos, oficinas temáticas sobre gênero e água, ecorregiões aquáticas, captação e manejo de águas de chuva, aspectos políticos, socioculturais e a água, seminários nas doze regiões hidrográficas brasileiras, encontros públicos em todos os Estados e no DF, oficinas de cenarização, duas oficinas nacionais de construção de cenários, um Seminário Nacional para a consolidação de diretrizes e programas que culminaram na Elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos.
- Elaboração e revisão de 12 Cadernos Regionais de Recursos Hídricos, contemplando todas as regiões hidrográficas do país e de 5 cadernos setoriais.
- Aperfeiçoamento do Sistema de Acompanhamento e Avaliação da Implementação da Política de Recursos Hídricos (SIAPREH).
- Elaboração da proposta para a formulação de indicadores de avaliação da política de recursos hídricos, encaminhada ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).
- Elaboração da proposta sobre representação dos diversos segmentos no CNRH, com vistas à definição da implantação, como processo contínuo, do SIAPREH.
- Apoio técnico para a elaboração e ou alteração das legislações estaduais de recursos hídricos e participação na implementação dos Sistemas Estaduais de Recursos Hídricos, nos seguintes Estados: Amazonas (proposição de alterações à lei estadual de recursos hídricos); Roraima (elaboração da política estadual de recursos hídricos); Rondônia e Mato Grosso do Sul (proposição de alterações à lei estadual de recursos hídricos e ao regimento interno do Conselho Estadual de Recursos Hídricos); e Mato Grosso (elaboração de resolução sobre as diretrizes e organização dos Comitês de Bacia em conjunto com o Conselho Estadual de Recursos Hídricos).
- Suporte técnico e político aos Estados do MS, MT, PI, AL, RS, SC e PR para obtenção de recursos financeiros destinados à elaboração dos planos estaduais de recursos hídricos.
- Participação nas plenárias dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos do ES, RJ, RS e RO.
- Atividades de apoio técnico aos seguintes Estados: Amazonas (definição e implantação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos); Roraima (análise da proposta de legislação estadual); MT E MS (participação em reuniões dos conselhos estaduais de recursos hídricos sobre os planos estaduais de recursos hídricos e a definição dos seus termos de referência); e Tocantins (início dos debates sobre o plano estadual de recursos hídricos).
- Assinatura de acordo de cooperação técnica com os Estados de MS, MT, SC e PR.
- Elaboração de pareceres e notas técnicas como contribuição à participação das delegações brasileiras nos fóruns internacionais que tratam de água para fortalecimento da gestão de recursos hídricos transfronteiriços.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Embora a quantidade de recursos humanos não tenha afetado substancialmente os resultados do programa, considera-se que ela é inadequada para implementá-lo. A superação desta restrição requer a reposição da força de trabalho perdida pela saída dos servidores temporários que tiveram seus contratos encerrados. Ademais, a programação financeira estabelecida para o programa prejudicou o cumprimento dos cronogramas de atividades.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A obtenção dos resultados foi satisfatória e as metas físicas estabelecidas para o ano de 2005 foram atingidas em todas as ações, com exceção da ação 0718 - "Apoio à Estruturação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos", devido ao forte contingenciamento orçamentário a que foi submetida.

No âmbito do processo de elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos, foram instituídas as Comissões Executivas Regionais (CERs) para todas as regiões hidrográficas do país. As CERs são quadripartites, compostas por representantes dos sistemas estaduais de gerenciamento de recursos hídricos, usuários de água, sociedade civil organizada e poder público federal, tendo como competências: avaliar os aspectos técnicos delineados nos termos de referência para elaboração dos documentos denominados Cadernos Regionais de Recursos Hídricos; auxiliar na produção dos Cadernos Regionais de Recursos Hídricos; auxiliar na estruturação dos Seminários Regionais de Prospectiva; incentivar o processo de mobilização social e a organização dos encontros públicos estaduais definidos no arranjo institucional do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH); apoiar o Grupo Técnico de Coordenação e Elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos (GTCE/PNRH), criado no âmbito da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos, na consolidação do documento Visões Regionais dos Recursos Hídricos; e exercer outras atividades que lhes forem atribuídas pela Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente.

Em relação aos parceiros não-governamentais, houve efetiva participação nas análises e propostas dos objetos a serem contempladas nos Termos de Referência para contratação de profissionais para a elaboração dos Cadernos Regionais de Recursos Hídricos. No âmbito do funcionamento do CNRH, as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, a aplicação de seus instrumentos e a atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos são construídas com a participação dos setores usuários da água e das organizações civis de recursos hídricos.

RECOMENDAÇÕES

- A Política Nacional de Recursos Hídricos define que sua base territorial de planejamento é a bacia hidrográfica. Por se tratar de território definido por parâmetros geográficos, é mais adequado aos fenômenos de base natural e ao aproveitamento, controle e monitoramento dos recursos hídricos. Sugere-se ao Ministério do Planejamento que adote o recorte de bacias hidrográficas para o planejamento setorial, o que viria a facilitar a visão conjunta das intervenções governamentais.

- Continua evidenciada a necessidade de revisão da composição do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, buscando uma melhor paridade entre a representação dos governos federal e estaduais, do setor usuário e da sociedade civil.

LITORAL BRASILEIRO SUSTENTÁVEL

OBJETIVO

Promover o uso adequado dos espaços e recursos ambientais da zona costeira e marinha.

PÚBLICO-ALVO

População residente nas zonas costeira e marinha.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 1.982.517,00	Empenho Liquidado: R\$ 1.658.663,00 Pago estatais: - Total: R\$ 1.658.663,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DA FAIXA COSTEIRA COM PLANO DE INTERVENÇÃO NA ORLA MARÍTIMA

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 17 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 20

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

A expectativa é alta para o alcance do índice final previsto. A assistência aos Municípios e a obtenção dos respectivos Planos de Intervenção serão gradualmente incrementadas no biênio 2006–2007, possibilitando o alcance ou a superação do índice previsto ao final do PPA. Além disso, percebe-se uma evolução positiva ao longo do tempo: passou-se de 8% (julho/2004) de taxa de faixa costeira com plano de intervenção na orla marítima em 2004 para 17% em 2005.

2. TAXA DE MAPEAMENTO DE SENSIBILIDADE AMBIENTAL AO ÓLEO

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 20 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 55

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

A taxa passou de 9,5% em julho de 2004 para 20% em 2005. Há possibilidade de superação do índice final previsto, com a entrada de novos recursos e a adoção de alternativas para a execução simultânea em diversas bacias marítimas.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As Convenções das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS) e Diversidade Biológica (UNCBD) e o Capítulo 17 da Agenda 21 constituem a moldura jurídica global que baliza as ações que cada país-membro deve implementar para que seja alcançada a meta comum de uso sustentável dos recursos costeiros e marinhos e estabelecem que o gerenciamento dessas áreas deve assentar-se em políticas e programas objetivos e com ações que assegurem a interface inquestionável entre a terra, o mar e os espaços marítimos.

Tal condicionamento está consubstanciado no Artigo 20 da Constituição Federal e na Lei nº 7661/1988, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), com atribuições nas três esferas do governo para o gerenciamento integrado desses espaços. Dessa forma, deve ser considerada a influência dos espaços costeiros no ambiente marinho e vice-versa, recomendando-se que o processo de intervenção inclua ações em nível local, nacional, regional e global para articular e cumprir os acordos bilaterais e multilaterais estabelecidos.

A maioria dos impactos nesses ambientes tem origem terrestre. Estima-se que 77% da poluição marinha tenham origem em terra. No Brasil são despejados no mar diariamente mais de três mil toneladas de efluentes líquidos, o que indica que são cada vez mais necessárias propostas que associem as áreas marinhas, a zona costeira e as bacias hidrográficas contribuintes.

Do mesmo modo, os 29 portos organizados e os mais de 160 terminais em situação irregular quanto à legislação ambiental vigente são os pontos de entrada dos complexos circuitos de produção e comércio (especialmente do petróleo) e, portanto, funcionam como caminhos para a introdução de espécies invasoras transportadas por água de lastro.

Com relação aos recursos vivos, 75% dos recursos pesqueiros explorados comercialmente estão sobrexplorados ou em fase de sobrexploração. Portanto, as políticas de gestão devem estar voltadas para reduzir a “sobrepesca” no mar e ser compatibilizadas, necessariamente, com a proteção dos manguezais, estuários e outras áreas de recrutamento e berçário.

O quadro institucional-operacional indica que a maioria dos conflitos e problemas gerenciais advêm da incompatibilidade e sobreposição existentes na legislação e da baixa aplicabilidade dos produtos e das informações disponíveis para tratar de assuntos como outorga, licenciamento ambiental e cessão de uso em áreas do Patrimônio da União, de atividades incidentes na zona costeira, como a carcinicultura, a extração do petróleo e o turismo, além dos desdobramentos dos mesmos no uso do solo.

Assim, a implementação do programa “Litoral Sustentável Brasileiro” permitirá a adoção de medidas inovadoras de gestão pública, a exemplo do que ocorre em outros países. Ademais, a consolidação da presente proposta proporcionará o desenvolvimento de ações integradas de fiscalização e monitoramento, além de permitir a individualização dessa região no sistema de planejamento nacional como uma Unidade, seja pela extensão de 8.698 km e mais de 39 milhões de habitantes, distribuídos em 388.000 km², seja pela tipicidade das atividades socioeconômicas e das suas características naturais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Assistência técnica a 10 Municípios, com a capacitação de gestores locais.
- Legitimação de 10 planos de intervenção, no âmbito municipal, por meio de audiência pública.
- Consolidação e publicação do “Guia de Implementação do Projeto Orla”.
- Celebração de 13 convênios entre Municípios, SPU/MP e Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos para o compartilhamento da gestão da orla marítima.
- Conclusão da Carta de Sensibilidade Ambiental ao Óleo Estratégica e das sete Cartas Táticas que englobam todo o litoral das bacias marítimas de Sergipe–Alagoas e Pernambuco–Paraíba.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A obtenção dos resultados em 2005 esteve dentro do esperado e as metas físicas foram alcançadas, correspondendo à capacidade executiva da unidade administrativa responsável pelo programa.

A reduzida equipe gerencial determina uma execução física modesta, considerando-se a necessidade de acompanhamento e supervisão dos trabalhos, tanto de elaboração das cartas de sensibilidade ambiental ao óleo, quanto de avaliação das oficinas e dos respectivos planos de intervenção.

Grande parte dessa equipe é integrada por profissionais especializados temporários, recentemente contratados. Foi identificada a necessidade de capacitá-los em determinados recursos de geoprocessamento e habilidades gerenciais, o que não foi possível prover, em virtude das restrições legais decorrentes da natureza do vínculo laboral da equipe técnica.

As ações executadas com recursos descentralizados por agência de cooperação internacional e pelas fundações conveniadas apresentaram desempenho bastante satisfatório, seja pelo provimento dos meios materiais e recursos humanos especializados, seja pela geração dos produtos esperados.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social auxiliou na avaliação do processo de descentralização previsto nas ações do programa, contribuindo para o conhecimento do grau de autonomia e capacidade de resposta dos gestores locais envolvidos. Da mesma forma, o envolvimento da sociedade permitiu o aprimoramento dos materiais de apoio, considerando-se as características diferenciadas de cada região.

RECOMENDAÇÕES

- O programa 1349 – “Litoral Brasileiro Sustentável” foi excluído do Plano Plurianual da União 2004-2007 para o exercício de 2006. A ação 8665 – “Zoneamento Ecológico-Econômico da Zona Costeira” do programa 0512 – “Zoneamento Ecológico-Econômico”, que incorporou parte dos componentes do programa 1349, deve ser revista para ajustar-se às demandas que deixaram de ser atendidas com a referida exclusão.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E MEIO AMBIENTE

OBJETIVO

Reduzir a emissão de gases responsáveis pelo efeito estufa e pela destruição da camada de ozônio.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 434.208,00	Empenho Liquidado: R\$ 344.511,00 Pago estatais: - Total: R\$ 344.511,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. CONSUMO ACIONAL DE SUBSTÂNCIAS QUE CAUSAM A DESTRUIÇÃO DA CAMADA DE OZÔNIO

Unidade de medida: t

Último índice apurado: 1.182 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 1.578

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

A verificação da viabilidade de alcance não é pertinente, tendo em vista que o programa foi excluído no PPA vigente em 2006.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Brasil enfrenta problemas ambientais diversos, particularmente aqueles decorrentes da poluição e do uso não-sustentável de recursos ambientais. Verifica-se, portanto, a necessidade de se promover a articulação com os setores governamentais para que as políticas públicas de desenvolvimento e gestão ambiental contribuam efetivamente para a redução dos poluentes, principalmente aqueles responsáveis pelos fenômenos globais indesejáveis. Por outro lado, mecanismos já definidos internacionalmente para a redução das emissões necessitam de internalização para que se atinja um novo patamar na definição de metas de melhoria de qualidade ambiental, permitindo que a população disponha de condições para uma participação mais efetiva na construção do desenvolvimento sustentável.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Análise e aprovação de 47 projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), submetidos à Comissão Interministerial de Mudanças Global do Clima (CIMGC).
- Elaboração, em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, de documento sobre as implicações de projetos de MDL relacionados a novas plantas de HCFC22, a ser submetido ao Secretariado da Convenção sobre Mudança do Clima.
- Divulgação do estudo do potencial de geração de energia renovável proveniente dos “aterros sanitários” nas regiões metropolitanas e grandes cidades do Brasil.
- Finalização de 20 projetos de conversão industrial no setor de espumas, equivalentes à eliminação de 144 toneladas de clorofluorcarbonetos (CFCs) no país.
- Capacitação de 6.096 técnicos em “Boas Práticas na Refrigeração”.
- Promoção do Seminário “Diálogo Sobre Mudanças Climáticas”, organizado pelo Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, que reuniu Governo Federal e Fóruns Estaduais de Mudanças Climáticas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Os resultados obtidos em 2005 foram considerados dentro do esperado. No ano de 2005, a ação 001H - “Apoio a Projetos de Redução e Absorção de Gases de Efeito Estufa” sofreu contingenciamento orçamentário, que atrasou a sua execução. Os repasses de recursos realizados foram relativos ao montante de recursos inscritos em restos a pagar. Esse fato recorrente prejudicou o desenvolvimento das ações e a abertura de novas frentes de trabalho.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A Secretaria de Qualidade Ambiental/MMA atuou em conjunto com a CIMGC na aprovação de projetos de MDL de forma a contribuir para o desenvolvimento do mercado de créditos de carbono no Brasil e para o combate às mudanças climáticas. Com a entrada em vigor do Protocolo de Quioto, houve um maior número de projetos submetidos à Comissão e, além disso, ocorreu o estabelecimento das regras para os projetos florestais de pequena escala, os quais certamente contribuíram para a diversificação e ampliação da demanda.

Foi inserido no Cadastro Técnico Federal (CTF) do IBAMA um campo de dados para informações a serem fornecidas pelas empresas, que permitirão ao Ministério do Meio Ambiente gerar estatísticas sobre a emissão de dióxido de carbono (CO₂) e metano (CH₄), principais gases de efeito estufa e também campos para identificar as fontes e a quantidade de energia utilizadas pelas empresas cadastradas.

Como este programa foi excluído do PPA para o exercício de 2006, houve a criação de uma ação no programa “Qualidade Ambiental” para atender à execução de projetos voltados para Mudanças Climáticas e Energia.

RECOMENDAÇÕES

- Considera-se adequada a utilização do indicador “Consumo nacional de substâncias que destroem a Camada de Ozônio” pelo programa 1346 – “Qualidade Ambiental (Procontrole)”, pois este é mensurado anualmente.
- Recomenda-se a inclusão de ações em programas já existentes para possibilitar a ampliação do uso de energia solar térmica no setor hoteleiro, hospitalar e residencial da classe média e alta.

NACIONAL DE ECOTURISMO

OBJETIVO

Promover o ecoturismo associado à conservação de bens e serviços ambientais.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 4.005.296,00	Empenho Liquidado: R\$ 1.499.799,00 Pago estatais: - Total: R\$ 1.499.799,00
Previsto não orçamentário R\$23.103.500,00	Realizado não orçamentário R\$15.984.974,00

INDICADOR(ES)

O programa não possui indicador. Todavia, na revisão do programa, em 2005, para vigorar em 2006, foi proposto como indicador “Percentagem de Unidades de Conservação de Proteção Integral e Uso Sustentável que permitam visitação pública e seus entornos assistidos pelo Programa”, em substituição ao indicador existente, “Taxa de Participação do Turismo na atividade econômica da Amazônia Legal”, que era inadequado aos objetivos do programa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O turismo é a indústria que mais cresce no mundo e é considerado uma das formas mais baratas de gerar emprego e renda, podendo agregar valor ao meio ambiente, permitindo sua conservação e uso sustentável.

Em grande parte dos casos, em decorrência da falta de planejamentos turísticos e ambientais adequados e de políticas consistentes para o seu desenvolvimento, a prática do turismo tem se submetido a interesses econômicos exclusivistas, dissociados de qualquer preocupação socioambiental, constituindo sérios riscos de agressões ao meio ambiente, ao patrimônio histórico e à cultural local.

O desenvolvimento do mercado brasileiro de turismo segue essa tendência de busca pela natureza e deve ganhar dimensões econômicas cada vez mais importantes nos próximos períodos.

A preocupação com a sustentabilidade remete à urgência do desenvolvimento de uma agenda ambiental específica para o setor, que contemple mecanismos de ordenamento, monitoramento e controle, aperfeiçoamento dos marcos legais,

econômicos e financeiros, para qualificar o acesso aos recursos naturais e o desenvolvimento equilibrado da atividade e induza à melhoria da relação entre o turismo, compreendido por seus agentes empreendedores, e o meio ambiente, como um vasto patrimônio natural a ser explorado com sustentabilidade.

Nesse contexto, aos instrumentos e medidas cautelares e regulatórias deve se associar um conjunto de ações que promovam a capacitação e qualificação profissional, a implantação de infra-estrutura para o ecoturismo, o fortalecimento da capacidade de gestão pública e privada, o zoneamento ambiental, o levantamento de dados e informações e o desenvolvimento de estudos técnicos que estimulem e orientem investimentos na formatação de novos produtos e negócios, a geração de novas tecnologias ambientais, dentro de um novo marco competitivo que deve aperfeiçoar o mercado a cada dia, como promotor de alternativas de desenvolvimento sustentável local, com reflexos diretos na melhoria da qualidade de vida das comunidades, gerando emprego, renda e inclusão social das comunidades anfitriãs.

Entre as ações propostas incluem-se aquelas que representam a continuidade do programa “Turismo Verde (Proecotur), do PPA 2000–2003, iniciativa pioneira na organização e planejamento do ecoturismo na Amazônia Legal. A primeira fase do Proecotur deve estar concluída até o fim deste exercício fiscal. A esta primeira fase, conforme o andamento das negociações com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), principal entidade financiadora do programa, deve se seguir uma segunda fase, em que o investimento será bastante ampliado. O Proecotur já está negociado e internalizado em instituições governamentais dos 9 Estados da Amazônia Legal, além de contar com a participação, em seu Grupo Técnico de Coordenação (GTC), do Ministério do Turismo, da Embratur e de outras instituições representativas do setor.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Realização de 45 cursos de capacitação em “Qualidade no atendimento aos visitantes”, “Planejamento e gestão de empreendimentos ecoturísticos” e “Condução de visitantes” nos 15 pólos do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (Proecotur), capacitando cerca de 1.241 pessoas.
- Ações relacionadas à implementação da agenda bilateral com o Ministério do Turismo, visando a inserção de critérios de sustentabilidade ambiental na atividade turística, que envolveu o planejamento e preparação das etapas e processo de elaboração da Agenda Ambiental para o Turismo e de um Plano de Ação Conjunta entre os dois ministérios visando a sua implementação.
- Processo de elaboração do “Diagnóstico da Oferta Turística Efetiva Potencial da Amazônia” e contratação do “Estudo de Mercado do Turismo Sustentável”, subsídios importantes para a construção da Estratégia de Turismo Sustentável da Amazônia, a ser executada em 2006.
- Os financiamentos realizados nos nove Estados da Região Norte, num total de R\$ 15,9 milhões, contemplaram 11 empreendimentos por meio da ação “Financiamento de Projetos de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia”, executada pelo Banco da Amazônia.
- Implementação da etapa de planejamento do Sistema de Informações Geográficas para o Ecoturismo, incluindo: metodologia para o SIG–Ecotur,

elaboração do projeto técnico, inventário dos atrativos naturais nas áreas-piloto selecionadas pelo projeto, identificação e definição dos casos de usos.

- Elaboração do Plano de Ações Estratégicas e Integradas do Baixo Rio São Francisco, desenvolvida em parceria com o Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco.
- Participação em eventos como o Salão de Turismo Roteiros do Brasil e a Adventure Sports Fair, onde foram apresentadas as ações do programa e contribuições ao debate sobre a sustentabilidade ambiental da atividade turística.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A despeito das restrições de natureza orçamentária enfrentadas no ano de 2005, o programa buscou articulações com o Ministério do Turismo, de forma a alavancar ações importantes que se achavam pendentes, a exemplo da elaboração da Estratégia de Ecoturismo do Pólo Sateré/AM, que está sendo viabilizada com recursos daquela pasta, entre outras que se encontram em gestão.

Estratégia semelhante foi adotada para o componente voltado às unidades de conservação, para o qual o programa buscou articulações com organizações não governamentais, de modo a viabilizar algumas ações, que embora pontuais, têm grande importância para a condução da estratégia nas unidades de conservação, como o planejamento e implantação de trilha interpretativa no Parque Nacional da Amazônia, entre outras ações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os resultados obtidos estão dentro do esperado, uma vez que a maioria das atividades previstas foram executadas a despeito das restrições orçamentárias.

A existência do programa permitiu a interlocução com a pasta do turismo, motivando o planejamento e a concepção integrados de alguns projetos. Essa integração vem permitindo articulações do programa com outras iniciativas desenvolvidas pelo Ministério do Turismo, voltadas tanto para o planejamento da Fase II do programa na Amazônia Legal, como nas ações voltadas para a implementação de ações integradas para a implementação da Agenda Ambiental do Turismo.

Embora o público-alvo seja a sociedade em geral, nesta fase de implementação a prioridade foi preparar os governos estaduais, municipais e os demais agentes envolvidos, principalmente nos 9 Estados da Amazônia Legal. Pode-se afirmar que o programa foi bem sucedido no que se refere ao macro planejamento turístico para a região, visto que a maioria das Estratégias Estaduais de Turismo e Estratégias de Turismo dos Pólos de Ecoturismo foram satisfatoriamente concluídas.

A maior expectativa do usuário centrou-se nos 9 Estados da Amazônia Legal, uma vez que nesta região o programa contava com o financiamento do BID e os grandes impactos e transformações advogadas pelo PROECOTUR somente seriam possíveis com a implementação de sua Fase II.

No tocante a outros setores com os quais o programa se relaciona, a exemplo das

ações de apoio ao desenvolvimento de um Plano de Ações Integradas para o Baixo São Francisco, pode se inferir que há plena satisfação dos governos estaduais e municipais envolvidos.

O cumprimento das metas físicas na LOA 2005 está dentro do previsto, embora algumas metas se refiram a estudos, cujas realizações, normalmente, ultrapassam mais de um período financeiro.

A unidade de gerenciamento do programa tem grande carência, em número e qualificação, de mão-de-obra para o planejamento e acompanhamento das ações. Considerando-se os requerimentos e as especializações técnicas requeridas para a implementação dessas ações, ainda foi possível suprir de pessoal qualificado a equipe do programa.

No que se refere às ações executadas na região da Amazônia Legal pelo Proecotur, os núcleos estaduais de gerenciamento do programa sofreram sérias discontinuidades e representam hoje apenas uma fração da força de trabalho inicialmente alocada pelos Estados para a execução das ações do programa.

Não foram previstos recursos para a execução de ações por outros Ministérios. Entretanto, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Turismo buscam o aprimoramento dos mecanismos de gestão de ações conjuntas voltadas para o desenvolvimento e a implementação de agenda bilateral para a inserção da variável ambiental na atividade turística.

RECOMENDAÇÕES

- Com a criação do Ministério do Turismo, as ações de planejamento turístico, infra-estrutura e promoção deveriam migrar naturalmente para aquele Ministério.
- O MMA deve focar a sua atuação nas áreas de gestão ambiental e no desenvolvimento da sustentabilidade das atividades turísticas, na capacidade de carga dos atrativos ambientais, na avaliação do impacto ambiental da atividade turística, no ordenamento da visitação em áreas naturais, entre outras. Neste contexto, a definição do objetivo do programa deveria ser aperfeiçoada de forma a refletir este novo cenário.
- Na revisão do Plano Plurianual ocorrida em 2005, propôs-se a reestruturação do programa devido a inconsistências, principalmente no que se refere à suficiência das ações para o atingimento do objetivo proposto. Para tornar-se consistente, o programa deverá contemplar ações para prover: 1) assistência técnica com foco no apoio às comunidades das áreas protegidas e de seus entornos que operam atividades relacionadas direta ou indiretamente ao ecoturismo; 2) avaliação ambiental estratégica em programas de desenvolvimento do ecoturismo; 3) avaliação da capacidade de carga de atrativos ecoturísticos e elaboração dos respectivos planos de monitoramento; 4) monitoramento do impacto da visitação turística em áreas protegidas; 5) desenvolvimento de indicadores de impacto ambiental da atividade; 6) disseminação de práticas sustentáveis em ecoturismo e implantação do sistema de informações ambientais georreferenciadas de interesse ecoturístico e 7) estudos de viabilidade econômica de unidades de conservação para fins ecoturísticos.

- Na análise conjunta com o Ministério do Planejamento ficou definido que o programa seria excluído do PPA, com a integração das suas ações aos programas “Áreas Protegidas do Brasil” (ação de capacitação), “Zoneamento Ecológico-Econômico” (sistema de informação georreferenciadas para o ecoturismo), “Gestão da Política de Meio Ambiente” (planejamento do ecoturismo em áreas selecionadas) e “Amazônia Sustentável” (apoio a implantação de infra-estrutura nos pólos ecoturísticos selecionados e financiamento de projetos de desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia).

NACIONAL DE FLORESTAS

OBJETIVO

Promover o manejo sustentável e o uso múltiplo de florestas nativas e a expansão sustentável da base florestal plantada.

PÚBLICO-ALVO

Populações tradicionais e comunidades usuárias de recursos florestais, produtores rurais e empresários do setor floresta.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 34.482.906,00	Empenho Liquidado: R\$ 28.114.150,00 Pago estatais: - Total: R\$ 28.114.150,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. ÁREA DE FLORESTAS PLANTADAS

Unidade de medida: Hectares

Último índice apurado: 465 mil em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 550 mil

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alta. O índice originalmente previsto para o plantio florestal será ultrapassado ao final do PPA.

A tendência da atividade é de crescimento, tendo em vista o aumento do fomento florestal com a participação de pequenos produtores rurais e o resultado alcançado em outros segmentos produtivos.

Outro fato que colaborou com o aumento da atividade de plantio florestal está relacionado ao volume de recursos acessados por pequenos produtores rurais no Pronaf/Florestal. Na safra de 2004/2005, o valor acessado foi da ordem de R\$ 8,23 milhões contra R\$ 2,88 milhões da safra anterior.

No Programa de Fomento Florestal (Propflora) de média e grande escala, há que considerar também o acréscimo ocorrido no acesso aos recursos disponibilizados. Na safra 2003/2004, o volume de recursos acessado foi de 10,56 milhões e na safra 2004/2005, o valor foi de R\$29,60 milhões, cerca de 64% maior. Para a safra 2005/2006, o Banco já garantiu a negociação de recursos com BNDES no valor de R\$ 100 milhões.

Merece menção, ainda, o lançamento do Programa BB Florestal, com o objetivo de incrementar a produção de madeiras em florestas plantadas e naturais por meio de financiamentos rurais (custeio, investimento e comercialização). O Programa BB Florestal possibilitará um acréscimo de 150 mil hectares de florestas plantadas no período de 5 anos a partir da safra 2004/2005, proporcionando maior oferta de madeira no mercado, redução de impacto nas florestas nativas e autonomia na comercialização do produto.

2. ÁREAS DEGRADADAS QUE FORAM RECUPERADAS

Unidade de medida: Hectares

Último índice apurado: 5 mil em 31/12/2003

Índice previsto ao final do PPA: 70 mil

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Muito baixa. A meta prevista de 200 mil hectares ao ano é bastante ambiciosa e requer recursos anuais da ordem de R\$ 150 milhões ao custo de R\$ 3 mil por hectare recuperado.

3. ÁREA DE FLORESTAS PROTEGIDAS COM ALTO VALOR PARA CONSERVAÇÃO

Unidade de medida: Hectares

Último índice apurado: 280 mil em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 3 milhões

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

No tocante à proteção de áreas com alto valor ecológico, a meta prevista era de registrar a área correspondente a 20% do total a ser manejado (15 milhões de hectares), ou seja, 3 milhões de hectares. A área atualmente manejada e certificada é de cerca de 1,4 milhões de hectares. Portanto, a meta para a área protegida de florestas nativas em uso corresponderia a 280 mil hectares, ou seja, 9,3 % da meta prevista para o final do PPA. Com a implementação da Lei de Gestão de Florestas Públicas, a tendência é de aumentar a área de conservação, tendo em vista a perspectiva de expansão da área manejada no contexto do desenvolvimento florestal sustentável.

4. ÁREA DE FLORESTAS NATURAIS MANEJADAS PARA A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

Unidade de medida: Hectares

Último índice apurado: 1,4 milhões em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 15 milhões

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Com relação ao índice previsto para o manejo de florestas nativas, a expectativa é de alcançar parte da meta prevista, tendo em vista o atraso na aprovação (fevereiro de 2006) do Projeto de Lei que instituiu a gestão em florestas públicas.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A história do Brasil foi marcada pelo paradigma equivocado do desenvolvimento rural e urbano, no qual as florestas, apesar da sua importância, em termos

econômicos, ecológicos e sociais, tiveram papel marginal e foram consideradas como bens inferiores e obstáculos ao progresso.

O uso sustentável e a valoração das florestas, como produtoras de bens e serviços ambientais, geradoras de emprego e renda, juntamente com o desenvolvimento do sistema nacional de unidades de conservação e o trabalho de prevenção e combate ao desmatamento e queimadas, constituem a base para promover a conservação do patrimônio florestal brasileiro e de todos os seus valores associados.

O Brasil reúne incontestáveis vantagens comparativas na área florestal, o que lhe confere uma nítida vocação potencial para assumir a liderança mundial desse setor. Tem a segunda maior área florestal do mundo - mais de 60% do país é coberto por florestas que abrigam a maior diversidade biológica do planeta e uma extraordinária diversidade cultural. É também o maior produtor e consumidor mundial de produtos florestais tropicais. O setor florestal é responsável por 8% das exportações, 4% do PIB e 2,5 milhões de empregos diretos e indiretos no Brasil.

Entretanto, a prática até agora dominante de extração madeireira produz expressivos impactos sobre a floresta, tornando-a empobrecida e vulnerável a incêndios e desmatamentos. O desperdício na etapa de exploração e no processamento da madeira é alto, com uma produção de baixo valor agregado.

O bom manejo dos recursos florestais naturais propicia aumento da produtividade e redução de desperdícios, minimiza os impactos sobre a biodiversidade, assegurando a permanência da cobertura florestal e dos serviços ambientais.

O país, na década de 90, chegou a possuir 6,2 milhões de hectares de florestas plantadas e hoje não tem mais do que 4,9 milhões de hectares. Consome, anualmente, cerca de 400 a 450 mil hectares de florestas plantadas e planta somente 250 mil hectares - um déficit anual de 200 mil hectares.

A atividade florestal é de longo prazo por natureza e requer condições compatíveis para seu desenvolvimento, sendo necessário que o Estado defina políticas públicas de apoio, capazes de atender às necessidades de crédito, assistência técnica e incentivos específicos para o setor.

A definição das áreas prioritárias de plantio, bem como as condições para que tais plantios aconteçam, passa por um processo de participação social que será desenvolvido pelo programa.

Dessa forma, o Programa Nacional de Florestas apoiará a ampliação da participação dos pequenos produtores no total da produção florestal de origem plantada, contribuindo significativamente para a mudança no perfil da produção atual.

A produção em propriedades familiares deverá constituir uma importante base de suprimento de produtos e serviços, considerando-se as oportunidades decorrentes da avançada tecnologia silvicultural existente no país, das condições edafoclimáticas favoráveis e do potencial de geração de emprego, renda, tributos e divisas, além da redução da pressão sobre produtos oriundos de florestas naturais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Aprovação do Projeto de Lei de Gestão de Florestas Públicas, criando o Serviço Florestal Brasileiro e instituindo o Fundo de Desenvolvimento Florestal.
- Aumento do plantio florestal ultrapassando a marca de 500 mil hectares/ano e aumento da participação dos pequenos produtores para 20% desse total.
- Ampliação da atividade de Assistência Técnica (ATER), que agora cobre os Biomas Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga e Amazônia.
- Lançamento do Edital de Recuperação e Conservação de Nascentes e de Margens dos Cursos D'Água, que recebeu número recorde de propostas.
- Crescimento significativo de crédito, atingindo R\$ 100 milhões contratados.
- Obtidos avanços na área de regulamentação envolvendo a reposição florestal, o manejo florestal na Amazônia, o manejo florestal na caatinga e a cota de reserva legal.
- Na região de caatinga foram mapeados quase uma centena de assentamentos com potencial florestal e, no início de 2006, serão iniciados os planos de manejo de mais 20 assentamentos, beneficiando quase duas mil famílias.
- No Estado do Piauí, uma autorização de desmatamento de 70 mil hectares foi convertida em projeto de manejo florestal, visando à promoção do uso dos recursos florestais como vetor de desenvolvimento e geração de emprego e renda.
- Iniciado o processo de implementação do Projeto GEF Caatinga, mediante parceria por cartas de acordo com entidades sem fins lucrativos da região.
- Diminuição da taxa de desmatamento na Amazônia em 30%.
- Desfeitos inúmeros esquemas de corrupção e quadrilhas associadas ao desmatamento e à exploração florestal ilegal, por meio de operações conjuntas do Ibama, da Polícia Federal e das Forças Armadas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Os resultados obtidos em 2005 foram considerados dentro do previsto, porém nem todas as metas foram alcançadas. O maior esforço do programa tem sido no sentido de criar as condições de crédito acessível aos pequenos e médios produtores rurais, com taxas e prazos compatíveis com o tempo de maturação das florestas e particularidades das atividades de plantio e manejo florestal. Essa iniciativa resultou numa elevação significativa da participação dos produtores rurais no desenvolvimento de atividades de plantio florestal.

O cumprimento das metas do Programa Nacional de Florestas (PNF) dependeu de três fatores fundamentais, a saber: a regulamentação da gestão de florestas públicas, que perfazem mais de 50% das florestas brasileiras e 75% das florestas na Amazônia; a criação do órgão de fomento do setor florestal (Serviço Florestal Brasileiro); e a criação do mecanismo de financiamento e sustentação do fomento à atividade florestal (Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal).

Os recursos orçamentários atenderam parcialmente às demandas e a demora na liberação dos recursos prejudicou a realização das metas físicas estabelecidas para 2005. Os recursos de origem não orçamentária permitiram viabilizar o projeto de

realização de estudos necessários para a introdução do “Regime de Concessões Florestais” no Brasil para a produção sustentável de madeira, bem como a elaboração dos planos de manejo relativos e as regras e procedimentos para as concessões.

Os recursos materiais e a infra-estrutura foram considerados pouco adequados para a implementação do programa devido às condições precárias das instalações do Ministério do Meio Ambiente e do reduzido espaço para acomodação da equipe técnica do programa.

O atraso na liberação de recursos, a inexistência de norma legal e a dificuldade na celebração de convênios e licitações foram as restrições que mais interferiram no desempenho das ações de maior impacto.

A operacionalização do programa, via descentralização de recursos ao Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), vem apresentando excelentes resultados. Sua execução envolve o atendimento de demandas espontâneas e compreende ações de conservação e recuperação de nascentes, margens de corpos d’água, bem como ações de combate aos processos de desertificação e de promoção à recuperação de áreas degradadas. No que se refere aos projetos apoiados por meio de Editais direcionados para a indução de demanda, as ações visaram à estruturação de redes de sementes que ofereçam serviços de informação sobre a produção, o armazenamento e a comercialização de sementes e propágulos de espécies florestais nativas, além de promover o estabelecimento de parâmetros técnicos para a atividade de produção de sementes e mudas e a capacitação de agentes públicos e privados para a operacionalização da rede e o desenvolvimento de suas diversas operações.

Por outro lado, no que se refere à aplicação de recursos de investimentos, a instituição buscou a melhoria das condições de trabalho, dotando suas Gerências Executivas de infra-estrutura necessária para realização das ações de Prevenção e Combate ao Desmatamento na Amazônia, incluindo a aquisição de veículos, gps, computadores e mobiliário.

Houve grande interação na execução das atividades entre o Ministério do Meio Ambiente e as outras unidades administrativas (Fundo Nacional do Meio Ambiente e IBAMA), desde a avaliação dos projetos até à sua operacionalização.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Houve, por parte dos beneficiários diretos e indiretos, uma efetiva adesão às propostas apresentadas pelo Programa Nacional de Florestas, sobretudo no que tange à sua participação nas inúmeras reuniões promovidas pelo programa, sob a coordenação da Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas (Conaflor), cuja composição oferece a todos os envolvidos a oportunidade de manifestarem suas opiniões e apresentarem sugestões que resultem no aprimoramento do programa.

Está em fase de execução um sistema de informação que, entre outros aspectos, promoverá um inventário nacional da cobertura florestal existente, o cadastro das áreas de florestas públicas no país e o levantamento sistemático da cobertura florestal.

Graças à execução de ações implementadas por outras unidades administrativas foi possível lançar os Editais Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado, de Recuperação e Conservação de Nascentes e de Margens dos Cursos D’água, e Região Amazônica e

iniciar as obras para a construção do Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal (CENAFLORE).

As atividades realizadas pelo Ibama incluem ações de rotina para o controle e monitoramento de atividades florestais em todos os biomas brasileiros, compreendendo a análise para autorização de licenciamento do desmatamento e do manejo florestal, o monitoramento da execução mediante vistorias técnicas, o controle do transporte de produtos madeireiros e não madeireiros, bem como as liberações de exportação de produtos florestais nos portos.

O desempenho dos parceiros não-governamentais tem sido muito satisfatório e o trabalho é realizado contando com a grande capacidade técnica da instituição parceira.

A participação social no processo de discussão do programa foi fundamental para que a coordenação reorientasse suas ações no sentido de promover a inclusão social e a geração de emprego e renda, estendendo os benefícios aos pequenos produtores rurais, populações tradicionais e indígenas, instituições de pesquisas, academias e movimentos sociais.

O programa buscou, também, o relacionamento com os agentes financeiros nacionais e internacionais para a alocação ou adequação de financiamentos ajustados ao perfil da atividade florestal, bem como a articulação com outros programas afins executados pelo governo, de modo a compatibilizar as metas e racionalizar a aplicação dos recursos disponíveis.

Está em fase final de preparação o portal virtual do Programa Nacional de Florestas, que visa a tornar mais acessíveis as informações relativas aos eventos e às principais ações desenvolvidas, além do endereço eletrônico (pnf@mma.gov.br) para receber sugestões e reclamações sobre as atividades do programa.

RECOMENDAÇÕES

- Há que se considerar a viabilização da discussão iniciada com o Tesouro Nacional, em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, para a criação do Pronaf Florestal Diferenciado, proposto pela CONCRAB/MST, que prevê o abatimento da dívida em 35% ao produtor rural que comprovar a recuperação em nível da propriedade da Área de Preservação Permanente e Reserva Legal.
- Não menos importante é a proposta de criação de instrumentos econômicos relacionados com os serviços ambientais prestados pelas florestas, de modo a viabilizar a conformação de um “Fundo Específico” para a recomposição de áreas degradadas, incluindo a viabilização do Fundo de Serviços Ambientais do Programa Pró-Ambiente.

PREVENÇÃO DE RISCOS E COMBATE ÀS EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS

OBJETIVO

Prevenir riscos e combater emergências ambientais relacionadas às atividades potencialmente poluidoras.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 4.451.795,00	Empenho Liquidado: R\$ 3.488.416,00 Pago estatais: - Total: R\$ 3.488.416,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE COMBATE ÀS EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 20 em 31/12/2002

Índice previsto ao final do PPA: 95

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

A apuração do indicador mostrou-se inviável, uma vez que as ações não atenderam diretamente às emergências ambientais, mas prestaram apoio indireto, destinando-se ao fortalecimento e à estruturação dos sistemas de prevenção e atendimento das emergências ambientais, por meio de atividades de capacitação, implantação do monitoramento ambiental, apoio às unidades descentralizadas e articulação para minimizar impactos ambientais.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A capacidade do governo em prevenir e combater emergências ambientais, tais como acidentes com produtos químicos perigosos, derramamento de óleo e desastres naturais, os quais ocasionam grandes prejuízos socioambientais e econômicos, vem sendo cobrada pela sociedade. A reação a estes fatos deve ser constituída por ações articuladas que possibilitem a prevenção, a minimização ou o controle destes riscos, além da resposta rápida e efetiva a situações emergenciais.

Além disso, deve-se contar com equipes capacitadas e instrumentalizadas, apoiadas por especialistas que desenvolvam protocolos e articulações institucionais para otimizar a preparação e diminuir o tempo de reação, aumentando a eficácia das ações.



Desta forma, torna-se possível apresentar respostas claras e efetivas à sociedade nas situações em que as condições e a qualidade de vida das populações bem como o patrimônio ambiental estejam ameaçados.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Estruturação do Centro de Monitoramento Ambiental, inclusive tendo havido a aquisição de equipamentos, softwares, o aumento do quadro de pessoal e a capacitação dos recursos humanos.
- 2. Realização do “II Curso de Capacitação em Resposta às Emergências Ambientais”, realizado pelo IBAMA em dezembro de 2005, com a participação de 19 Estados, do IBAMA, do Ministério do Meio Ambiente e da SEMARH/DF.
- 3. Celebração de convênio com o Estado do Rio Grande do Sul, formalizando o apoio à estruturação do sistema de atendimento às emergências ambientais neste Estado.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A obtenção dos resultados e o cumprimento das metas físicas foram consideradas dentro do esperado, porém o contingenciamento dos recursos financeiros prejudicou a execução das ações.

A ação 7567 – “Implantação do Centro de Monitoramento Ambiental” sofreu contingenciamento dos recursos previstos na Lei Orçamentária Anual de 2005. Houve também restrições administrativas, devido à não-realização do concurso para o preenchimento dos cargos de Analista Ambiental previsto para ser realizado em 2004 e à morosidade no trâmite de processos licitatórios.

A baixa integração entre os executores do programa e a gerência foi o principal elemento dificultador da implementação de mecanismos de participação social. A alternativa de superação encontrada foi a incorporação de suas ações ao programa “Qualidade Ambiental” em 2006, sob a gerência da Secretaria de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

PREVENÇÃO E COMBATE AO DESMATAMENTO, QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS - FLORESCER

OBJETIVO

Prevenir e combater desmatamentos ilegais, queimadas predatórias e incêndios florestais em todos os biomas brasileiros.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 42.454.829,00	Empenho Liquidado: R\$ 41.010.421,00 Pago estatais: - Total: R\$ 41.010.421,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. ÁREA ANUAL DESMATADA DA AMAZÔNIA LEGAL

Unidade de medida: Km²

Último índice apurado: 18.900 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 15.582

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alta. A redução da taxa de desmatamento em 31%, obtida no período 2004/2005 (18900 km²) em relação ao período de 2003/2004 (27.200 km²), mostra uma tendência de significativa queda na taxa, aumentando a possibilidade de se alcançar o índice previsto em 2007.

2. TAXA DE DESMATAMENTO ILEGAL DA AMAZÔNIA LEGAL

Unidade de medida: Hectares

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O indicador não foi apurado, tendo em vista não ser possível diferenciar entre desmatamento legal e ilegal, de forma que também não há índice previsto ao final do PPA.

3. TAXA DE DESMATAMENTO ILEGAL DO BRASIL

Unidade de medida: Hectares

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O indicador não foi apurado, tendo em vista não ser possível diferenciar entre desmatamento legal e ilegal, de forma que também não há índice previsto ao final do PPA.

4. NÚMERO DE FOCOS DE CALOR

Unidade de medida: Unidade

Último índice apurado: 226.347 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 200.000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alta.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A tendência histórica da política florestal brasileira esteve, por muitos anos, vinculada a instrumentos reguladores de comando e controle, incluindo a fiscalização. Esses mecanismos desgastaram-se e não conseguiram conter o avanço do desflorestamento, nem tão pouco evitar as queimadas e os incêndios florestais.

Nos últimos oito anos, foram extintas algumas medidas de política não-florestal que induziam ao desmatamento, como os incentivos fiscais à agropecuária, inclusive nas áreas de cobertura da Floresta Amazônica. Como alternativa, foram criados instrumentos que incorporam os princípios e as noções do manejo florestal sustentável, tais como a adoção de medidas de suspensão ou eliminação de estímulos implícitos ao uso predatório dos recursos contidos em instrumentos econômicos; a institucionalização do Programa Protocolo Verde, estimulando os setores produtivos da economia brasileira responsáveis pela implantação de negócios ecologicamente corretos; a majoração dos juros para empreendimentos de alto impacto ambiental; e também a institucionalização da Lei nº 9.393/96, que dispõe sobre Imposto sobre Propriedade Territorial Rural, segundo a qual as áreas de preservação permanente, de reservas florestais legais e de interesse ecológico para a proteção de ecossistemas são consideradas não-tributáveis.

Ainda assim, o Brasil ocupa a incômoda posição de primeiro lugar no desmatamento de florestas no mundo, tendo como conseqüências as perdas econômicas, sociais, biológicas e culturais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Fiscalização de 8907 propriedades rurais no país.
- 2. Operações de fiscalização em 18 bases estabelecidas ao longo do país.
- 3. Apreensão de 146.733,328 de m³ de madeira e 5.256 autos de infração lavrados, correspondendo ao valor total de R\$ 474.221.809,02 de multas.
- 4. Realização de atividades de prevenção e controle de incêndios florestais na região do Arco do Desmatamento na Amazônia.

- 5. Prevenção, localização e combate à ocorrência de desmatamento e de incêndios florestais, por meio das técnicas de monitoramento e controle da área correspondente à Amazônia Legal.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A ação “Monitoramento de Queimadas e Prevenção de Incêndios Florestais” sofreu restrição financeira em razão do contingenciamento de 10% dos recursos destinados ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e a não liberação do saldo da ação para despesas de capital.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os resultados obtidos em 2005 foram considerados dentro do previsto. Apesar do contingenciamento de recursos orçamentários, a destinação de créditos extraordinários possibilitou o alcance das metas previstas.

O contingenciamento prejudicou a execução física das ações, principalmente a ação 6074. Além disso, houve insuficiência nos recursos materiais e na quantidade de integrantes das equipes executoras.

Merece destaque o desempenho do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais/ Ministério da Ciência e Tecnologia no fornecimento contínuo de dados e mapas sobre desmatamento e focos de calor.

RECOMENDAÇÕES

- O montante de recursos da ação GAP é insuficiente para o gerenciamento do programa, tendo em vista a constante necessidade de planejamento e avaliação de atividades em outras regiões, principalmente a amazônica.
- Com a mudança da gerência do programa do MMA para o IBAMA em 2006, pretende-se estreitar a relação entre as coordenações de ações e a gerência do programa.
- A ação 6074 “Manutenção de Brigadas de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais” pode ser incorporada a ação 6329 “Prevenção e Controle de Desmatamentos e Incêndios Florestais”, pois a “Manutenção de Brigadas” é uma atividade de prevenção de incêndios florestais. Com essa incorporação, serão necessárias alterações quanto ao produto e às metas físicas.

PROAMBIENTE

OBJETIVO

Promover o desenvolvimento rural integrado, por meio do controle social, da gestão participativa, do ordenamento territorial, de mudanças qualitativas de uso da terra e da prestação de serviços ambientais.

PÚBLICO-ALVO

Produtores familiares (agricultores familiares, pescadores artesanais, extrativistas, indígenas, quebradeiras de coco, quilombolas, ribeirinhos e populações tradicionais).

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 4.814.709,00	Empenho Liquidado: R\$ 3.612.079,00 Pago estatais: - Total: R\$ 3.612.079,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

Indicador em processo de definição.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Sistemas sustentáveis geralmente enfrentam dificuldades de competição no mercado com outras formas de produção convencional, pois exigem maiores custos e tempo para retorno econômico. Entretanto, tais formas de produção geram benefícios para toda a sociedade, como a manutenção dos ecossistemas florestais, a melhoria da qualidade do ar, da água, dos solos e da biodiversidade, além da redução do risco de fogo acidental.

É importante que haja uma política pública federal que disponibilize instrumentos e incentivos econômicos capazes de atrair investimentos em sistemas sustentáveis de produção primária. O Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (PROAMBIENTE) configura-se como a proposta de desenvolvimento rural mais concreta para a efetivação dessa demanda.

Legitimada por advir dos principais movimentos sociais rurais, a proposta foi construída de maneira participativa nos três últimos anos e entregue ao Governo Federal em solenidade no Congresso Nacional em abril de 2003, finalizando um dos processos mais democráticos de construção de política pública já vistos no Brasil.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Consolidação dos Pólos Pioneiros do Proambiente: 3.850 famílias beneficiárias do Proambiente; 2.403 Planos de Utilização das Unidades de Produção; 103 Acordos Comunitários.
- 2. Implantação de Unidades de Gestão Ambiental e Territorial Rural (GESTAR): 4 projetos, sendo 3 na área de abrangência do Plano de Desenvolvimento Sustentável da BR 163; fortalecimento das Unidades por meio de repasse de recursos e atividades desenvolvidas.
- 3. Estruturação e consolidação do programa: definição do indicador de impacto para 2006.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A ação 6394 - "Avaliação e Validação Científica das Iniciativas Inovadoras de Produção Rural" sofreu restrições financeiras, pois os recursos não foram liberados de acordo com a previsão orçamentária.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os resultados obtidos em 2005 foram considerados dentro do esperado. Além disso, o Plano de Cooperação Técnica Brasil-Holanda teve como resultado o atendimento às duas pré-condições para o processo de certificação de serviços ambientais.

No meio rural, o Proambiente é implantado por adesão coletiva, por meio da formação de Pólos. Cada Pólo é formado por um conjunto de Grupos Comunitários vinculados às associações de produtores e ou cooperativas de atuação local. Não foi possível a construção da base legal para o efetivo pagamento pelos serviços ambientais prestados pelos produtores.

O Programa Proambiente tem como um de seus princípios a gestão compartilhada entre o Governo Federal, os Estados e Municípios e a Sociedade Civil organizada. O desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas foi considerado satisfatório, em muitos casos superando os resultados esperados, o que fortaleceu as ações do Governo, dando maior visibilidade e consistência aos objetivos propostos.

Quanto ao monitoramento do Proambiente, há previsão de um Plano de Monitoramento e Avaliação das atividades desenvolvidas nos Pólos, que avaliará o planejamento das atividades e indicadores. Entretanto, o monitoramento efetivo ocorre por meio de relatórios de execução parcial e final e reuniões do Conselhos Gestores.

A ação 7621 - "Implantação de Unidades Territoriais de Gestão Ambiental Rural (GESTAR)" foi executada em 8 territórios não-geminados, a maioria dos quais já tem ações realizadas em suas comunidades rurais. Uma das unidades territoriais implantadas situa-se na área de abrangência do Programa de Revitalização do São Francisco, sendo que há mais três previstos para 2006 nessa área.

Relatos em visitas de campo apontam a satisfação das famílias com a assistência técnica recebida, uma vez que muitas delas receberam visitas técnicas pela primeira vez. Há satisfação também com o tipo de planejamento integrado e de longo prazo que

vem sendo desenvolvido e com a melhoria na qualidade ambiental das propriedades já percebida pelas famílias.

A equipe gerencial do Gestar captou junto às instituições e organizações parceiras recursos não previstos, fortalecendo a capacidade de aprimoramento do Projeto, principalmente pela credibilidade e melhoria da capacidade técnica das instituições locais.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

PROBACIAS

OBJETIVO

Implementar o Sistema Integrado de Gestão de Bacias Hidrográficas.

PÚBLICO-ALVO

Usuários de recursos hídricos e populações das bacias hidrográficas.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 30.545.381,00	Empenho Liquidado: R\$ 10.243.775,00 Pago estatais: - Total: R\$ 10.243.775,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DO TERRITÓRIO BRASILEIRO COM IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS, EXCLUÍDA A BACIA AMAZÔNICA

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 1,66 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 23,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O indicador do programa avalia o grau de implementação dos instrumentos de gerenciamento da Política Nacional do Meio Ambiente em bacias hidrográficas de domínio da União, atribuindo o índice mínimo de 70% desses instrumentos implementados (Comitê, Agência, Plano de Recursos Hídricos, Regularização e Cobrança) para o alcance do resultado previsto.

Os índices foram corrigidos por ocasião da revisão do PPA em 2005, passando de 1,2% para 1,3% (índice de referência) e de 23,3% para 19,33% (índice final 2007), sendo considerada alta a viabilidade de alcance do índice.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Lei nº 9.433/97, em seu artigo 1º, estabelece que a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos. A bacia hidrográfica é a unidade de gestão em cuja base territorial deverão ser fortalecidos os instrumentos de outorga, cobrança e fiscalização e implementados os mecanismos técnicos e operacionais para apoio à atuação dos Conselhos e Agências de Bacias, o

que garantirá a descentralização e participação da sociedade e o fortalecimento do controle social, visando a assegurar o uso sustentável dos recursos hídricos.

Cabe ressaltar a conveniência de um programa que contribua para fortalecer o processo de implementação dos instrumentos do Sistema de Gerenciamento dos Recursos Hídricos no âmbito das bacias hidrográficas, dando maior visibilidade às prioridades, aos recursos, aos produtos e aos resultados alcançados, a partir da ótica de bacias e permitindo uma maior clareza gerencial, especialmente quanto à utilização de fontes vinculadas de recursos. Assim, os recursos originários da cobrança pelo uso da água serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados, apoiando projetos aprovados pelo respectivo comitê.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Fortalecimento do modelo de gestão de recursos hídricos com a celebração do Contrato de Gestão com a Agência de Bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ).
- Consolidação do processo de cobrança pelo uso de recursos hídricos com a definição dos mecanismos, critérios e valores a serem adotados na PCJ.
- Criação de Unidades Administrativas Regionais (UAR), em Salvador (BA) com o objetivo de apoiar o funcionamento do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e Manaus (AM), para dar suporte administrativo, técnico e financeiro à Bacia Amazônica.
- Elaboração do Sistema Digital de Cobrança (DIGICOB), disponibilizando-o aos órgãos gestores estaduais.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Houve restrições durante o ano de 2005 nas ações 7406 - “Implantação do Sistema de Alerta da Qualidade da Água” e 2977 - “Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos”. Na primeira ocorreram problemas de ordem administrativa para a assinatura de convênio com a empresa que operará a rede de alerta, o que inviabilizou o início dos trabalhos de campo. Na segunda, houve dificuldade na concretização de convênios de cooperação técnica, impossibilitando o repasse de recursos financeiros a entidades que prestariam auxílio nas ações de fiscalização.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A obtenção dos resultados em 2005 foi considerada dentro do esperado apesar da decrescente disponibilização de recursos orçamentários e financeiros verificada em relação aos anos anteriores, mormente os da fonte 134 (Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos), destinados à implementação das ações priorizadas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).

Para alavancar os resultados do programa, priorizou-se o desenvolvimento de ações de baixo custo com utilização intensiva de recursos humanos do quadro efetivo da ANA e a promoção de parcerias com Estados e órgãos gestores de recursos hídricos. A classificação, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, da fonte 116 (Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos) como despesas não passíveis de contingenciamento e a efetivação dessa determinação legal com a definição de limites de recursos específicos representaram um grande avanço para a credibilidade do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Os Comitês das Bacias Hidrográficas vêm se constituindo no fórum de representação e participação da sociedade, em especial dos usuários de recursos hídricos. Além disso, a capacitação de gestores e a promoção da gestão de recursos hídricos de forma integrada têm obtido resultados relevantes em sua atuação junto às populações locais.

RECOMENDAÇÕES

- No Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2006, 73% dos recursos da principal fonte de financiamento do programa, a fonte 134, foram alocados em Reserva de Contingência. Esforços vêm sendo empreendidos no sentido da disponibilização integral desses recursos para a implementação do sistema de gerenciamento de recursos hídricos no país, cuja demanda de recursos é crescente.
- Foi proposta a criação de uma nova ação, denominada “Enquadramento de Corpos D’Água”, cuja finalidade é a definição de padrões de enquadramento de corpos d’água, estabelecendo metas ou objetivos de qualidade a serem alcançados ou mantidos em um segmento de corpo d’água, de acordo com os usos preponderantes.

QUALIDADE AMBIENTAL (PROCONTROLE)

OBJETIVO

Reduzir os impactos de atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 14.474.464,00	Empenho Liquidado: R\$ 12.623.165,00 Pago estatais: - Total: R\$ 12.623.165,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. QUANTIDADE DE MATERIAL PARTICULADO LANÇADO NA ATMOSFERA

Unidade de medida: Tonelada (t)
Último índice apurado: 116.930 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 150 mil

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice já foi alcançado.

2. NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS DE INFRA-ESTRUTURA SEM LICENÇA DE OPERAÇÃO

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 228 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 50

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Há grande possibilidade de alcance dos índices propostos, pois, dos 440 empreendimentos de infra-estrutura em processo de avaliação da viabilidade ambiental, 99 obtiveram a Licença de Operação no exercício de 2004 e 113 em 2005. Além disso, o índice tem evoluído favoravelmente, passando de 440 empreendimentos de infra-estrutura sem licença de operação em 2004 para 228 em 2005.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A degradação da qualidade ambiental tem influenciado de forma negativa a qualidade de vida da sociedade brasileira. Parte dessa degradação está associada à

utilização desmedida dos recursos naturais, à emissão de substâncias que afetam a camada de ozônio e ao nível de poluição que prejudica a saúde humana.

O programa “PROCONTROLE” tem como escopo o fortalecimento dos sistemas de licenciamento ambiental e monitoramento das atividades poluidoras, a incorporação da avaliação ambiental estratégica e da certificação e auditoria ambientais como instrumentos complementares de controle.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Lançamento do Portal Nacional de Licenciamento Ambiental em 6 de junho de 2005.
- Capacitação de 45 técnicos, 80 auditores ambientais e 52 multiplicadores de órgãos estaduais de meio ambiente para avaliação e realização de auditorias ambientais, em conformidade com a Resolução CONAMA 306/2002.
- Três Seminários sobre o Plano de Emergência Individual (PEI) que objetivaram proporcionar maior compreensão e posterior avaliação dos planos elaborados pelos empreendimentos do setor de petróleo e gás no processo de licenciamento ambiental, com a participação de 66 técnicos dos órgãos de meio ambiente de vários Estados.
- Seminário Nacional sobre o Licenciamento Ambiental de Sistemas de Tratamento de Esgotos Sanitários.
- Seminário Nacional sobre Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária.
- Seminário de Licenciamento Ambiental de Destinação de Resíduos Sólidos, com o objetivo de revisar a Resolução CONAMA 306/2002.
- Concessão de 237 licenciamentos de competência federal para empreendimentos potencialmente poluidores.
- Realização de operações destinadas à fiscalização de agrotóxicos e transgênicos, além de outros produtos e resíduos perigosos.
- Controle e monitoramento da destinação ambientalmente adequada de pneus inservíveis, pilhas e baterias.
- Fiscalização das empresas importadoras e fabricantes de kit-gás para conversão de veículos automotores para Gás Natural Veicular, de empresas de conversão e ou instalação de kit-gás, de serrarias quanto à preservação da madeira e do comércio de eletrodomésticos fabricados no país ou importados que produzam ruído.
- Workshop “Diálogo Técnico sobre Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) e Planejamento no Brasil”, para técnicos do governo federal, cujo objetivo era a inserção da AAE como instrumento de planejamento e gestão no ciclo de planejamento do Governo Federal.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A obtenção dos resultados em 2005 foi considerada dentro do esperado. Porém, melhores resultados podem ser alcançados com a superação das restrições acima relatadas. Foram obtidos resultados satisfatórios nas capacitações, com a ampliação do contingente de pessoas aptas a lidar com a temática do programa.

A restrição orçamentária na ação “Apoio a Projetos-Piloto de Gestão Ambiental do Transporte Urbano” ocorreu em razão do contingenciamento de 85% no seu orçamento.

Houve uma restrição administrativa na ação “Modernização do Processo de Licenciamento Ambiental” em razão da inadimplência do IBAMA, em 2005, que impediu o repasse de recursos por meio de convênio.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Alguns itens foram considerados inadequados na concepção do programa, tais como a insuficiência das ações, a definição de indicadores e a composição das fontes de financiamento.

Os recursos humanos possuem capacidade técnica adequada para a implementação do programa. Entretanto, há reduzido quantitativo de servidores para atender aos objetivos do “PROCONTROLE”. Há necessidade constante de capacitação, face às constantes mudanças tecnológicas relacionadas às atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente.

RECOMENDAÇÕES

- Substituição do indicador “Quantidade de material particulado lançado na atmosfera”, pois houve mudança na metodologia de cálculo. O novo indicador deverá ser “Concentração média aritmética anual de material particulado inalável - PM10 - (em microgramas por metro cúbico de ar)”, que corresponde ao padrão primário e secundário de qualidade do ar regulamentado pela resolução CONAMA 03/1990.
- Alteração do nome da ação “Controle de Agrotóxicos e outras Substâncias Químicas” para “Controle de Produtos, Substâncias Químicas e Resíduos”.

RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTÁVEIS

OBJETIVO

Promover o uso sustentável dos recursos pesqueiros, conciliando os interesses da exploração comercial com a necessidade de sua conservação.

PÚBLICO-ALVO

Pescadores, armadores de pesca, empresários de pesca, aqüicultores e sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 263.445.444,00	Empenho Liquidado: R\$ 219.286.220,00 Pago estatais: - Total: R\$ 219.286.220,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE PARA O USO DOS RECURSOS PESQUEIROS

Unidade de medida: em definição

Último índice apurado: 2 em 15/08/2003

Índice previsto ao final do PPA: 1,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice definido não foi calculado em função da indisponibilidade de um dos parâmetros fundamentais para o cálculo do índice de sustentabilidade do uso dos recursos pesqueiros, ou seja, a captura por unidade de esforço (CPUE). A obtenção desse parâmetro deriva da aplicação de mapas de bordo para as principais pescarias brasileiras, mas a definição do instrumento legal e dos procedimentos só foi concluída no final de 2005, num trabalho conjunto com a SEAP/PR, conforme já relatado. A retomada da aplicação desses mapas terá início no ano de 2006.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As melhores informações científicas disponíveis sobre o estado dos principais recursos pesqueiros costeiro-marinhos concluem que cerca de 80% deles encontram-se ameaçados de sobreexploração ou próximos de tais níveis.

No que se refere aos ambientes aquáticos continentais, embora não se tenham informações científicas suficientes, as observações empíricas e as informações correntes de grupos de pescadores apontam para uma considerável perda de produtividade pesqueira em tais ambientes.

A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 20, 23, 24 e 225, define os princípios suficientes para que o Estado Brasileiro estabeleça normas e padrões de acesso e uso dos recursos pesqueiros, tendo a sustentabilidade como objetivo primeiro.

No plano infraconstitucional, o Decreto-Lei 221, de fevereiro de 1967, constitui o diploma legal que dá sustentação às normas que disciplinam o acesso e uso dos recursos pesqueiros.

No plano internacional, a Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar e o Código de Pesca Responsável da FAO constituem os principais diplomas que orientam a ação do Estado Brasileiro.

O principal desafio que se apresenta no marco do PPA 2004-2007 é a construção de um sólido sistema de gestão de recursos pesqueiros que tenha a sustentabilidade como elemento central.

Devem ser atributos fundamentais de tal sistema: uma estrutura de compartilhamento de poder e responsabilidade entre o Estado e os usuários de tais recursos e a troca entre o saber científico e os saberes e conhecimentos tradicionais das populações pesqueiras.

Anão implementação de um programa com tal escopo contribuirá para o agravamento do quadro de insustentabilidade no acesso e uso dos recursos pesqueiros gerando, como consequência, perda de biodiversidade, diminuição da produção nacional de pescado de origem extrativa, diminuição do nível de emprego e renda no setor, isso tudo resultando na migração de trabalhadores não qualificados para outros setores da economia, gerando o aumento do desemprego e, por conseguinte, da exclusão social e injustiça ambiental.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Execução de 56 projetos de pesquisa pelos centros especializados CEPSUL, CEPENE, CEPNOR, CEPTA e CEPERG, vinculados ao Ibama.
- Realização de 5 campanhas de campo ao Pantanal e Amazônia, com vistas ao conhecimento de novos estoques com potencial de exploração, bem como avaliar o estado atual das principais espécies exploradas nessas regiões.
- Realização de 12 pesquisas voltadas ao monitoramento das pescarias de lagosta, camarão, sardinha, piramutaba, pargo, saramonete, demersais de fundo (pescada-olhuda, castanha, corvina, pescadinha e batata), que geraram conhecimentos para embasar as medidas de ordenamento pesqueiro.
- Realização de 23 estudos, objetivando o conhecimento da bioecologia das principais espécies que sustentam as pescarias nacionais, avaliando os seus estoques e apontando os seus níveis ótimos e de exploração pesqueira.
- Concluída a etapa de concepção do Sistema para Gerenciamento do Uso dos Recursos Pesqueiros (SIPESCA).
- Consolidados e disponibilizados os Boletins da Estatística Pesqueira Nacional dos anos de 2003 e 2004, Projeto ESTATPESCA.
- Publicação do Relatório “Pesca e Aqüicultura no Brasil 1991/2000 – Produção e Balança Comercial”.
- Cadastramento da frota pesqueira do litoral Norte e Nordeste em parceria com a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca SEAP/PR.

- Realização do censo estrutural da pesca marítima das regiões Sudeste e Sul.
- Redefinição e publicação de instrumento legal para a reimplantação do Sistema Mapas de Bordo.
- Realizadas 9 operações de fiscalização nos seguintes Estados: Ceará, Espírito Santo, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás, Bahia e Rondônia.
- Pagamento de seguro desemprego para 165.114 pescadores artesanais.
- Licenciamento de 87.180 pescadores amadores.
- Realizadas 14 Oficinas de Pesca Infantil para crianças de 7 a 12 anos, de escolas públicas e privadas, atendendo 9.110 crianças de 8 Municípios.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Os resultados em 2005 foram considerados dentro do esperado e, de modo geral, as metas físicas foram atingidas. Entretanto, uma avaliação qualitativa evidencia alguns prejuízos, especialmente os decorrentes da insuficiência de recursos financeiros e da não liberação desses recursos na época adequada para realização de algumas atividades, em especial aquelas que envolvem fenômenos ambientais sazonais, como reprodução de espécies e migração, entre outros. A descontinuidade na liberação dos recursos financeiros e a insuficiência das dotações, associadas a outras situações orçamentárias, têm sido os principais entraves para a consecução de melhores resultados do programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O público-alvo participou intensamente dos debates e das definições de medidas correlatas à atividade pesqueira nacional, como também da construção/elaboração de propostas de programas e projetos.

Alguns aspectos ainda são passíveis de aprimoramento, como a definição dos indicadores e as fontes de financiamento do programa.

RECOMENDAÇÕES

- Mesmo com o início da coleta de dados para a obtenção do parâmetro CPUE previsto para 2006, entende-se que deverá ser ampliada a quantidade de indicadores para o programa.

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

OBJETIVO

Proporcionar meios para a redução, reutilização e reciclagem de resíduos sólidos urbanos, ampliar a cobertura e aumentar a eficiência e eficácia dos serviços de limpeza pública, de coleta, de tratamento e de disposição final, com ênfase na eliminação de lixões, na erradicação do trabalho infantil e juvenil nos lixões e nas ruas, bem como promover a inserção social de catadores de materiais recicláveis.

PÚBLICO-ALVO

População de menor nível socioeconômico e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em Municípios de pequeno porte.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 92.581.930,00	Empenho Liquidado: R\$ 58.784.933,00 Pago estatais: - Total: R\$ 58.784.933,00
Previsto não orçamentário R\$ 129.000.000,00	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE RESIDÊNCIAS ATENDIDAS POR SERVIÇOS DE COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 6 em 01/07/2000
Índice previsto ao final do PPA: 7,38

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Não foi possível avaliar os resultados alcançados pelo programa, já que o IBGE não realizou a medição do índice no ano de 2005 em razão da falta de recursos financeiros.

2. TAXA DE COBERTURA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 91,1 em 07/01/2000
Índice previsto ao final do PPA: 93,1

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice não foi apurado em 2005, o que dificulta analisar a viabilidade de alcance do índice ao final do PPA.

3. TAXA DE MUNICÍPIOS COM DISPOSIÇÃO ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 29 em 07/01/2000

Índice previsto ao final do PPA: 43

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice não foi apurado em 2005, o que dificulta analisar a viabilidade de alcance do índice ao final do PPA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A baixa capacitação institucional e técnica dos Municípios, que compromete a sustentabilidade das ações de limpeza urbana; a disposição inadequada dos resíduos em lixões e cursos d'água, com conseqüências negativas sobre a qualidade das águas, do solo e do ar e sobre a capacidade de condução dos cursos d'água e dos sistemas de drenagem; a escassez de recursos para a expansão da cobertura dos sistemas existentes; a existência de trabalho de adultos e crianças em condições degradantes nos lixões e na coleta seletiva informal; e a ausência de mecanismos de controle social na prestação dos serviços justificam a existência do programa.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Elaboração do Anteprojeto de Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- 2 - Apoio a 10 projetos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios com população entre 30 mil e 250 mil habitantes.
- 3-Formação da Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental (ReCESA).
- 4-Construção e Implantação da Unidade Industrial de Reciclagem de Plástico pós-consumo.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Os resultados alcançados pelo programa foram considerados dentro do esperado, considerando-se os recursos disponíveis para execução de cada ação isoladamente. Entretanto, o cumprimento das metas físicas ficou abaixo do previsto, principalmente devido à incompatibilidade entre o fluxo dos recursos financeiros liberados e as necessidades inicialmente previstas na Lei Orçamentária Anual de 2005.

Houve integração entre a gerência do programa e a coordenação das ações, além de um bom relacionamento com o Ministério das Cidades e a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), executores de parte das ações. Entretanto, a ausência de um plano gerencial dificultou a realização das ações e a não instalação do Comitê Gestor do Programa também significou um entrave à articulação e à comunicação entre a gerência e os Ministérios envolvidos no programa. Em 2006 será elaborado um plano gerencial e instituído o Comitê Gestor do programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Com o apoio aos Projetos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos foi possível atingir o público-alvo em todas as regiões do país, especialmente em Municípios de pequeno porte.

Uma restrição constante no programa é a insuficiente capacidade técnica e institucional dos Municípios brasileiros. Em geral, os Municípios não dispõem de uma adequada estrutura técnico-gerencial-operacional para implementar, manter e garantir a sustentabilidade dos sistemas implantados na área de resíduos sólidos. Para suprir esta necessidade, o programa deve intensificar as ações de treinamento e capacitação dos gestores e técnicos municipais.

RECOMENDAÇÕES

- Todos os ministérios que atuam no programa deveriam conter ações de capacitação, já que tais ações são importantes em todos os Municípios.
- Necessita-se de uma adequação entre as ações do programa e as metas propostas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos a ser aprovada pelo Congresso Nacional.
- Os recursos que vêm sendo disponibilizados no Orçamento Geral da União para atender às demandas municipais na área de resíduos sólidos são insignificantes em relação às necessidades do país. O investimento no setor é mínimo diante dos benefícios sociais, ambientais e da melhoria da saúde e qualidade de vida da população beneficiada. Sugere-se que o Poder Executivo aporte recursos suficientes para o atendimento das ações e o consequente atingimento dos objetivos do programa.
- Não é suficiente a implantação de aterros sem a de infra-estrutura, nem a capacitação de agentes na operação dos aterros sem a garantia da inclusão social e participação dos catadores de materiais recicláveis no processo. Da mesma forma, a implantação de um modelo de gestão dos resíduos sólidos urbanos deve ser amplamente discutida e implantada de forma participativa.

REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

OBJETIVO

Revitalizar a Bacia Hidrográfica do São Francisco e outras bacias em situação de vulnerabilidade ambiental, além de promover a prevenção e a mitigação de potenciais impactos decorrentes da implantação de projetos nacionais prioritários ou da crescente e concentrada ação antrópica com elevado comprometimento ambiental dessas Bacias.

PÚBLICO-ALVO

Usuários dos recursos hídricos das Bacias dos Rios São Francisco, Araguaia, Tocantins e Paraíba do Sul.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 123.561.723,00	Empenho Liquidado: R\$ 96.053.421,00 Pago estatais: - Total: R\$ 96.053.421,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE VARIAÇÃO DA MELHORIA DA QUALIDADE DA ÁGUA

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Já foi oficializada a requisição das informações dos índices apurados junto à Agência Nacional de Águas (ANA), porém tais dados ainda não foram fornecidos. A não apuração do índice em 2005 dificulta verificar a viabilidade de alcance do índice ao final do PPA.

2. DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO NA ESTAÇÃO SANTA BRANCA NA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL

Unidade de medida: mg/l

Último índice apurado: 15 em 31/12/2002

Índice previsto ao final do PPA: 12

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice não foi apurado em 2005, o que dificulta verificar a viabilidade de alcance do índice ao final do PPA.

3. DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO NA ESTAÇÃO RIO PARAÍBA DO SUL

Unidade de medida: mg/l
Último índice apurado: 2 em 31/12/2002
Índice previsto ao final do PPA: 2

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice não foi apurado em 2005, o que dificulta verificar a viabilidade de alcance do índice ao final do PPA.

4. CONCENTRAÇÃO DE SÓLIDOS EM SUSPENSÃO NA ESTAÇÃO SANTA BRANCA NA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL

Unidade de medida: mg/l
Último índice apurado: 23 em 31/12/2002
Índice previsto ao final do PPA: 19

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice não foi apurado em 2005, o que dificulta verificar a viabilidade de alcance do índice ao final do PPA.

5. CONCENTRAÇÃO DE SÓLIDOS EM SUSPENSÃO NA ESTAÇÃO RIO PARAÍBA DO SUL

Unidade de medida: mg/l
Último índice apurado: 19 em 31/12/2002
Índice previsto ao final do PPA: 15

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice não foi apurado em 2005, o que dificulta verificar a viabilidade de alcance do índice ao final do PPA.

6. DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO NA ESTAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Unidade de medida: mg/l
Último índice apurado: 2 em 31/12/2002
Índice previsto ao final do PPA: 2

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice não foi apurado em 2005, o que dificulta verificar a viabilidade de alcance do índice ao final do PPA.

7. DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO NA ESTAÇÃO RIO SÃO FRANCISCO (A JUSANTE DA FÓZ DO RIO PARÁ)

Unidade de medida: mg/l
Último índice apurado: 2 em 31/12/2002
Índice previsto ao final do PPA: 1

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice não foi apurado em 2005, o que dificulta verificar a viabilidade de alcance do índice ao final do PPA.

8. DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO NA ESTAÇÃO RIO SÃO FRANCISCO (FOZ DO RIO DAS VELHAS)

Unidade de medida: mg/l

Último índice apurado: 2 em 31/12/2002

Índice previsto ao final do PPA: 1

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice não foi apurado em 2005, o que dificulta verificar a viabilidade de alcance do índice ao final do PPA.

9. DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO NA ESTAÇÃO HIDROLÓGICA "PONTE RAUL SOARES" NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO

Unidade de medida: mg/l

Último índice apurado: 19 em 31/12/2002

Índice previsto ao final do PPA: 15

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice não foi apurado em 2005, o que dificulta verificar a viabilidade de alcance do índice ao final do PPA.

10. DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO NA ESTAÇÃO VERDE GRANDE NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO

Unidade de medida: mg/l

Último índice apurado: 3 em 31/12/2002

Índice previsto ao final do PPA: 2

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice não foi apurado em 2005, o que dificulta verificar a viabilidade de alcance do índice ao final do PPA.

11. CONCENTRAÇÃO DE SÓLIDOS EM SUSPENSÃO NA ESTAÇÃO RIO SÃO FRANCISCO (FOZ DO RIO PARÁ)

Unidade de medida: mg/l

Último índice apurado: 73 em 31/12/2002

Índice previsto ao final do PPA: 60

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice não foi apurado em 2005, o que dificulta verificar a viabilidade de alcance do índice ao final do PPA.

12. CONCENTRAÇÃO DE SÓLIDOS EM SUSPENSÃO NA ESTAÇÃO RIO SÃO FRANCISCO (FOZ DO RIO PARÁ)

Unidade de medida: mg/l

Último índice apurado: 59 em 31/12/2002

Índice previsto ao final do PPA: 48

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice não foi apurado em 2005, o que dificulta verificar a viabilidade de alcance do índice ao final do PPA.

13. CONCENTRAÇÃO DE SÓLIDOS EM SUSPENSÃO NA ESTAÇÃO RIO SÃO FRANCISCO (FOZ DO RIO DAS VELHAS)

Unidade de medida: mg/l

Último índice apurado: 52 em 31/12/2002

Índice previsto ao final do PPA: 42

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice não foi apurado em 2005, o que dificulta verificar a viabilidade de alcance do índice ao final do PPA.

14. CONCENTRAÇÃO DE SÓLIDOS EM SUSPENSÃO NA ESTAÇÃO "PONTE RAUL SOARES" NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO

Unidade de medida: mg/l

Último índice apurado: 235 em 31/12/2002

Índice previsto ao final do PPA: 192

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice não foi apurado em 2005, o que dificulta verificar a viabilidade de alcance do índice ao final do PPA.

15. CONCENTRAÇÃO DE SÓLIDOS EM SUSPENSÃO NA ESTAÇÃO VERDE GRANDE NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO

Unidade de medida: mg/l

Último índice apurado: 21 em 31/12/2002

Índice previsto ao final do PPA: 17

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice não foi apurado em 2005, o que dificulta verificar a viabilidade de alcance do índice ao final do PPA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A ocupação desordenada do território brasileiro, tanto rural quanto urbana, provoca graves impactos ambientais, especialmente no tocante à água. Embora o país possua uma das maiores reservas hídricas do planeta, observa-se um crescente processo de degradação desses recursos, inclusive das áreas de abrangência das respectivas Bacias Hidrográficas, ocasionando maior escassez (quantidade e ou qualidade),

tanto em regiões com alta disponibilidade de água, principalmente nos grandes centros urbanos, quanto em regiões marcadas pela distribuição irregular das chuvas (semi-árido brasileiro). Além disso, a degradação ambiental das nascentes, margens e demais áreas de preservação permanente agravam ainda mais as condições ambientais das bacias hidrográficas.

A diminuição da oferta de água de qualidade acarreta vários entraves ao desenvolvimento sustentável, seja pelas dificuldades colocadas para a manutenção das necessidades básicas da população brasileira, seja pelo papel da água como recurso básico para impulsionar processos produtivos.

A criação, por Decreto Federal de 5 de junho de 2001, do Projeto de Revitalização e Conservação do Rio São Francisco e de seu respectivo comitê de gestão, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente por meio de sua Secretaria Executiva, visa a promover e fortalecer a ação integrada de recuperação e conservação de Bacias Hidrográficas, concebida e executada de forma articulada e participativa. Dessa forma, pretende-se convergir esforços a fim de ampliar a efetividade dos resultados das ações de recuperação de Bacias em situação de vulnerabilidade ambiental.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Consolidação de todas as instâncias de gestão e articulação do programa no âmbito federal e estadual, além das que estavam previstas para 2005, na escala intermunicipal, nos pólos da revitalização das sub-bacias prioritárias do São Francisco.
- Início das principais atividades estruturadoras com várias ações fundamentais, tais como: a elaboração do Sistema de Informações do São Francisco (SISFRAN) e do Zoneamento Ecológico-Econômico do São Francisco; a construção do Plano de Desenvolvimento Florestal do São Francisco; o Plano de Criação de Unidades de Conservação do São Francisco; o Plano de Gestão dos Recursos Pesqueiros do São Francisco; o Plano de Racionalização da Rede de Monitoramento das Águas do São Francisco; o Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Baixo São Francisco e o início do Cadastro dos Usuários de Recursos Hídricos da Bacia do São Francisco, entre outros.
- Implementados os projetos de fiscalização integrada da Piracema no São Francisco, de conservação e manejo de sub-bacias em Minas Gerais, de saneamento básico nas principais cidades da calha do Rio São Francisco e de implantação de viveiros de referência.
- Apoio a projetos de implantação de 5 mil cisternas no São Francisco, em parceria com a Codevasf e o MDS; e implantação de projetos de reflorestamentos e viveiros em assentamentos rurais da Bacia do São Francisco, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Movimento dos Sem-Terra (MST).
- Elaboração de projetos executivos de esgotamento sanitário em 23 cidades da Bacia e a recuperação de dessalinizadores no semi-árido do São Francisco (Bahia e Pernambuco), em parceria com o Ministério da Educação (Universidade Federal da Paraíba) e a Atecel.
- Concretização do primeiro convênio entre o Ministério do Meio Ambiente e

o Estado de Goiás para a elaboração de um plano de ação e a consolidação do programa de revitalização da Bacia Hidrográfica do Araguaia-Tocantins.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Os resultados obtidos em 2005 foram considerados dentro do previsto. Diante das dificuldades e limitações financeiras, os resultados foram positivos, dando concretude às ações estratégicas.

Os recursos orçamentários executados, apesar de considerados suficientes, foram entraves ao bom desempenho do programa, uma vez que não houve um fluxo contínuo na liberação de recursos. Além disso, dificuldades encontradas no processo de análise técnica dos projetos, em licitações, na celebração de contratos e convênios, devido a conflitos decorrentes de outras políticas setoriais e a pouca transversalidade e integração com outras políticas setoriais que são executadas na região da Bacia também prejudicaram uma melhor execução do programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As ações iniciadas e que abrangem todos os componentes essenciais para o processo de revitalização apresentam uma cobertura razoável no território da Bacia. No caso da Bacia do São Francisco, a qual possui 32 sub-bacias, a maioria das ações foram implementadas nas 12 sub-bacias que apresentam os maiores problemas ambientais.

A participação social no programa se dá por meio de fóruns colegiados, que são instâncias de gestão e articulação tanto nos Estados como nas regiões intermunicipais, e pela interação permanente com os Comitês de Bacias e os conselhos de Meio Ambiente locais que atuam como colaboradores diretos do programa.

O programa “Revitalização de Bacias Hidrográficas” apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal, tais como práticas inovadoras e continuadas de gestão integrada e de planejamento participativo, formação de um arranjo institucional, tanto técnico-temático quanto político-institucional, voltado para uma maior sustentabilidade e transversalidade do programa, além da metodologia que consolida instâncias de gestão e articulação permanentes nos Estados e regiões da Bacia, assim como a formação de redes temáticas setoriais, centradas na implementação do desenvolvimento sustentável nas bacias.

RECOMENDAÇÕES

- Os atuais indicadores do programa requerem adequação e redimensionamento para que se possam agregar novos elementos e ajustar os pontos de coleta definidos, além de se incluir bioindicadores para a revitalização. Tais indicadores são apurados e monitorados pela Agência Nacional de Águas e faz-se necessário um maior empenho e uma atuação integrada neste processo.
- Alguns aspectos da concepção foram considerados inadequados, tais como a definição do objetivo do programa em relação ao problema, necessitando de ajustes para que seja traduzido de forma mais clara e precisa o conceito de revitalização ambiental de Bacias Hidrográficas. Além disso, algumas

ações devem ser ajustadas, assim como ampliadas e direcionadas quanto aos principais componentes técnicos do programa de revitalização, bem como deverão ser incluídas outras, específicas e estratégicas do ponto-de-vista do programa, como as de saneamento básico, capacitação e mobilização social, educação ambiental, ecoturismo, agroecologia e saneamento ambiental. As metas físicas também necessitam de ajustes para a sua correta racionalização técnica.

- Há uma forte necessidade de um melhor ajuste das parcerias com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e Ministérios envolvidos para que se possa coordenar o recebimento de projetos e propostas, bem como priorizar e alocar os recursos de uma forma transparente e planejada, a fim de que se tenha uma maior compreensão e integração entre as partes.
- Observa-se ainda que a concepção do programa possui alguns problemas, o que conduz à necessidade de sua adequação e atualização em relação às bases técnicas determinadas para o processo de revitalização.
- Será necessária uma maior adequação entre as ações do PPA e os componentes do programa, assim como algumas modificações quanto à coordenação das ações.
- Há ainda a necessidade de adequação do público-alvo, que não se restringe apenas aos usuários de recursos hídricos, mas inclui todos os usuários dos recursos naturais da Bacia, tais como as populações ribeirinhas, as comunidades tradicionais de pescadores, indígenas, quilombolas e extrativistas, as organizações da sociedade civil, os governos estaduais e municipais e os setores produtivos da Bacia

VIVER SEM CONTAMINAÇÃO

OBJETIVO

Reduzir a contaminação e controlar os riscos decorrentes da exposição às substâncias perigosas e aos resíduos industriais.

PÚBLICO-ALVO

Populações expostas a poluentes e contaminantes ambientais, trabalhadores industriais, consumidores e setor produtivo industrial.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 8.550.584,00	Empenho Liquidado: R\$ 2.408.622,00 Pago estatais: - Total: R\$ 2.408.622,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. QUANTIDADE DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS E PERIGOSAS CONTROLADAS

Unidade de medida: Unidade

Último índice apurado: 27 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 27

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice estabelecido para 2005, de 15 substâncias, foi plenamente alcançado, tendo o programa avançado além do indicador previsto. Tal fato demonstra um crescimento no número de substâncias controladas, que passou de 8 em 2003 para 27 em 2005. Se forem computadas todas as ações relacionadas ao controle de substâncias químicas e perigosas, a quantidade extrapolará o índice previsto, isto porque a implementação das Convenções de Estocolmo, Roterdã e Basileia proporcionou, em 2005, o controle de 275 substâncias e produtos, incluindo resíduos perigosos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Existem hoje no mundo mais de 100 mil substâncias químicas comercializadas e a cada ano surgem cerca de 2 mil novas substâncias, das quais apenas um número reduzido foi testado do ponto de vista de sua toxicidade para os seres humanos e para o meio ambiente. Por isso, a promoção da segurança química tem para o Brasil relevância inequívoca, tendo em vista o país estar entre os dez maiores produtores, além de ser o sétimo maior consumidor de produtos químicos em nível mundial e o maior produtor e importador, no gênero, na América Latina.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Consolidação da implementação de 3 Convenções Internacionais na área de segurança química.
- Implementação da estrutura institucional do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com produtos químicos perigosos.
- Informatização do processo de registro de agrotóxicos, com o lançamento do Sistema de Registro de Agrotóxico (SISRET) em setembro de 2005.
- Início do mapeamento de áreas de risco em 7 Unidades da Federação.
- Elaboração de proposta e instrumento normativo para a Gestão Ambientalmente Sustentável de Pneus Usados.
- Capacitação na área de segurança química, de gestão de resíduos perigosos e de produção mais limpa.
- Desenvolvimento de uma Política de Segurança Química e de Gestão de Resíduos de Geração Universal no Mercosul.
- Elaboração de uma Política Nacional de Produção mais Limpa e Ecoeficiência.
- Apoio à estruturação de unidades de atendimento a acidentes e emergências ambientais no IBAMA.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Os resultados alcançados mostram-se coerentes com a previsão para 2005, embora fosse possível avançar mais em determinadas ações de execução direta, cujas atividades dependem da equipe do próprio MMA ou não envolvem o repasse de recursos. No caso de ações que dependiam da celebração de convênios, a execução foi prejudicada pela dificuldade de viabilização dos mesmos, principalmente em função da inadimplência dos órgãos a serem conveniados. O programa obteve resultados concretos e importantes para a melhoria da qualidade do meio ambiente e de vida da população brasileira, tendo o Brasil, inclusive se destacado internacionalmente pelo nível do seu programa voltado à segurança química.

De modo geral, o programa cumpriu as metas físicas programadas, havendo algumas deficiências em função das dificuldades para a celebração dos convênios previstos, principalmente por inadimplência dos órgãos a serem conveniados, o que impossibilitou a reprogramação desses recursos para outras destinações.

Os recursos orçamentários executados foram inferiores ao total aprovado na Lei Orçamentária Anual 2005, em virtude do contingenciamento parcial dos recursos do programa.

Também houve restrições ocasionadas pelos recursos humanos alocados ao “Viver sem Contaminação”. O perfil profissional requerido para atuar na área de segurança química é muito especializado e a maioria das equipes executoras do programa, incluindo as do próprio MMA e do IBAMA, não detêm um número adequado de especialistas. Os concursos realizados recentemente aprovaram grande número de candidatos com pouca experiência em atividade gerencial e serviço público.

Alguns convênios firmados tiveram problemas na execução das suas ações e, conseqüentemente, problemas na prestação de contas. Como exemplo, os recursos

repassados à Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB, órgão de meio ambiente do Estado de São Paulo, teve os seus recursos financeiros, inclusive os do projeto conveniado, apreendidos por decisão judicial, o que inviabilizou a sua execução e prestação de contas. Ademais, a maioria dos órgãos conveniados são de governos estaduais, que estão em grande parte inadimplentes para com o Governo Federal e impedidos de realizar convênios.

O desempenho da execução das ações implementadas em outras unidades administrativas do próprio Ministério foi considerado baixo devido unicamente ao contingenciamento de recursos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O programa utiliza parcerias com representantes de organizações não governamentais ambientalistas, trabalhistas e do setor privado para a consecução de seu objetivo. Como o “Viver sem Contaminação” diz respeito diretamente às ações do MMA na área de segurança química, existem entidades participativas e de integração, por meio das quais parceiros não governamentais são envolvidos, como por exemplo, a CONASQ e a Comissão Nacional do Plano Nacional de Prevenção e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos.

As consultas públicas, as reuniões e as comissões possibilitaram importantes insumos ao programa, no que concerne ao aperfeiçoamento das normas referentes ao controle de substâncias e produtos perigosos; ao aprimoramento das medidas relacionadas à redução do risco de determinados produtos, como o amianto, o mercúrio, os pneus usados, as pilhas e baterias e os agrotóxicos; à contribuição em definições de posicionamentos a serem adotados em fóruns internacionais; e à colaboração na elaboração de programas e projetos e no seu desenvolvimento.

Além da avaliação anual dos programas do PPA, o programa é periodicamente avaliado, quanto às ações previstas e os resultados alcançados, pela Comissão Nacional de Segurança Química (CONASQ) criada por portaria do MMA em 2000 e que agrega mais de 20 instituições do setor público, da sociedade civil e do setor privado.

RECOMENDAÇÕES

- O programa possui um único indicador e o índice previsto está bem abaixo das potencialidades do programa. Há necessidade de rever o indicador e a previsão do seu índice de desempenho.

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO

OBJETIVO

Promover o zoneamento ecológico-econômico para planejar e organizar, de forma sustentável, o processo de uso e ocupação, subsidiando o planejamento territorial do país.

PÚBLICO-ALVO

Promover o zoneamento ecológico-econômico para planejar e organizar, de forma sustentável, o processo de uso e ocupação, subsidiando o planejamento territorial do país.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 15.539.353,00	Empenho Liquidado: R\$ 5.409.012,00 Pago estatais: - Total: R\$ 5.409.012,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE ZONEAMENTO DO TERRITÓRIO NACIONAL

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 22 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 60

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Há possibilidade de o programa atingir o índice previsto, uma vez que até 2007 já terão sido finalizados os Macrozoneamentos da Amazônia Legal, da Bacia do São Francisco e da Bacia do Parnaíba, bem como o Zoneamento Ecológico-Econômico da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF).

CONTEXTUALIZAÇÃO

A ocupação do território nacional tem ocorrido de forma desordenada e irregular, sem os investimentos necessários de infra-estrutura, de capacitação institucional e de desenvolvimento tecnológico, gerando áreas críticas ocupadas, em geral, por segmentos da população que não têm acesso ao mercado imobiliário formal, ou por setores privilegiados em áreas de interesse estratégico. Sobretudo na fronteira agrícola, há a intensificação do desmatamento e da proliferação dos incêndios, além de outras conseqüências dos vetores de ocupação constituídos pelos projetos de infra-estrutura econômica. A tradição de setorialidade no trato da gestão territorial tem gerado grande número de áreas críticas no território e águas jurisdicionais

brasileiras, seja por transporte de cargas poluidoras, seja pelo comprometimento de áreas de risco e ambientalmente sensíveis ao óleo e às substâncias químicas ou perigosas. O programa tem por objetivo consolidar e sistematizar, dentre os instrumentos de planejamento territorial, o zoneamento ecológico-econômico (ZEE), proporcionando base técnico-científica e negociada para o ordenamento territorial. Como instrumento técnico, o ZEE fornece informações integradas, dividindo o território segundo suas potencialidades e limitações. Como instrumento político de regulação do uso, permite espacializar as políticas públicas em base geográfica integrada, ampliando a escala de abrangência das ações governamentais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Iniciados os processos de inclusão de novas instituições - Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e a Petróleo Brasileiro SA (PETROBRAS) - no Consórcio ZEE Brasil, o que demonstra que o trabalho desenvolvido em parceria entre este Consórcio e o MMA tem dado bons resultados.
- Estabelecida a parceria com a Coordenação Geral de Tecnologia e Informática (CGTI) para a estruturação da Rede Virtual da Caatinga, contendo uma base de dados integrada do Bioma.
- Foi iniciado o Projeto de Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal, com a integração dos resultados dos ZEEs estaduais.
- Revisão e atualização do Plano de Ação Federal para a Zona Costeira (PAF), como forma de articular a atuação dos órgãos federais com ações nas áreas costeiras.
- Integração entre as Políticas Nacionais de Gerenciamento Costeiro e de Recursos Hídricos, a partir da compatibilização dos instrumentos de planejamento de uso dos recursos e ocupação do território.
- Suporte ao trabalho de avaliação dos mecanismos do micro-financiamento no Brasil, visando a subsidiar o workshop internacional para o Programa de Ação Global para Proteção do Ambiente Marinho Frente às Atividades Baseadas em Terra (PGA).
- Planejamento do curso “Qualidade Ambiental e Atividade Portuária no Brasil” e elaboração do seu material didático.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A obtenção dos resultados em 2005 foi considerada dentro do previsto, tendo em vista que os Macrozoneamentos da Amazônia Legal, da RIDE, das Bacias do São Francisco e do Parnaíba e da área de influência da BR-163 estão sendo realizados de maneira articulada com os Estados. Em relação aos ZEEs estaduais, o MMA firmou parceria com todos os Estados da Amazônia Legal, além do PR, GO, DF, MG e CE. O Ministério da Integração Nacional está trabalhando em projetos de ZEE na escala estadual de 1:250.000.

A porcentagem de execução das metas físicas foi alta, demonstrando estarem dentro do previsto na Lei Orçamentária 2005. A maioria das ações do programa teve execução acima de 90%.

A escassez de recursos orçamentários impediu avanços mais significativos na execução de algumas ações, como no caso da ação 4658 – “Capacitação de

Gestores Públicos em ZEE”, que não teve recursos para execução em 2005. Além disso, a compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada.

Os recursos humanos em algumas ações não são adequadamente capacitados para a implementação do programa. Há, portanto, necessidade de capacitação periódica das equipes para as diferentes atividades dos projetos de ZEE.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Sendo um instrumento de planejamento cuja principal função é subsidiar e direcionar as políticas públicas da União, dos Estados e dos Municípios, o Zoneamento Ecológico-Econômico trabalha diretamente com gestores públicos e, por meio de processos de mobilização, estabelece contato com a população a fim de identificar as principais demandas e problemas de cada região.

O programa não desenvolveu uma metodologia de avaliação da satisfação do beneficiário, mas realiza, além da avaliação do PPA, avaliações internas que são apresentadas em forma de relatórios à Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável e aos setores responsáveis pela execução orçamentária do Ministério do Meio Ambiente.

Por meio de audiências públicas, seminários e cursos de capacitação, o programa promove a participação social. Esses eventos servem de instrumentos de interlocução com a população. A participação social é fundamental para a legitimação do programa e incorporação das diretrizes apontadas no ZEE para a formulação das políticas públicas.

São realizadas reuniões periódicas com o Consórcio ZEE Brasil, com a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico (CCZEE) e com as Comissões Estaduais de ZEE.

O programa realiza parcerias não governamentais para sua execução e o desempenho tem sido satisfatório. O corpo técnico é bem estruturado, porém há falta de recursos.

As prestações públicas de contas são feitas em evento anual com divulgação de relatório contendo balanço das ações.

RECOMENDAÇÕES

- Adequar a ação 8665 – “Zoneamento Ecológico-Econômico da Zona Costeira” de modo a contemplar a aplicação dos instrumentos de gestão estabelecidos no Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro.
- Recomenda-se a inclusão da ação “Elaboração da Base Cartográfica Digital da Amazônia”, com o escopo de produzir insumo importante para o aperfeiçoamento e integração dos zoneamentos dos Estados que compõem a Amazônia legal.